

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA
NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

Haroldo Alves Monteiro

A evangelização em grandes centros urbanos,
desafios e propostas:
uma análise a partir do Grande ABC

São Paulo
2026

Haroldo Alves Monteiro

A evangelização em grandes centros urbanos, desafios e propostas:
uma análise a partir do Grande ABC

Trabalho final apresentado à banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em TEOLOGIA, sob orientação do Prof. Dr. Padre Tiago Gurgel do Vale.

SÃO PAULO
2026

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Ficha
Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Monteiro, Haroldo Alves Evangelização de ambientes urbanos,
desafios e propostas: uma visão a partir do Grande ABC. /
Haroldo Alves Monteiro. -- São Paulo: [s.n.], 2026.
64p.; 1 cm.

Orientador: Tiago Gurgel do Vale.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Teologia,
2026.

1. Teologia. 2. Teologia pastoral. 3. Pastoral Urbana. 4.
Diocese de Santo André. I. Vale, Tiago Gurgel do. II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Trabalho de
Conclusão de Curso para Graduação em Teologia. III. Título.

CDD

Folha de aprovação

Agradecimento

Primeiramente, agradeço a Deus que, do meio as casas simples de operários do Grande ABC, me chamou para trabalhar em sua vinha. Também dou graças a Deus por ter me colocado ao lado de pessoas muito especiais que me ensinaram a beleza de ser um discípulo missionário. Entre elas a equipe do COMIDI da Diocese de Santo André, Padre Jorge Luís, Marcos, Danielly e Vera, com quem trabalhei nos anos de 2023 e 2024. Em nossas conversas entre as formações diocesanas foi plantada a semente deste trabalho.

Agradeço ainda a todos que diretamente ajudaram na construção desta monografia, começando pelo diretor de estudos do seminário diocesano de teologia, Padre Rafael Capelato, que iluminou o caminho a ser trilhado, desde o primeiro projeto e principalmente no momento mais difícil, quando foi preciso dar um passo atrás e mudar de rumo. Não posso esquecer de citar a nossa querida amiga Sandra, que generosamente nos ajudou com a revisão ortográfica de nossos trabalhos, ademais de sua presença fraternal e encorajadora. Meu muito obrigado também se estende às meninas do centro de pastoral diocesano, Jéssica, Mércia e Riso, por me fornecer todos os documentos diocesanos que necessitei para minha pesquisa. No caminho desta monografia também foi uma grata surpresa o apoio do Padre Dayvid da Silva, professor da PUC e assessor da pastoral ecumênica, que generosamente me socorreu com seus apontamentos para o primeiro capítulo.

Por fim, desejo reconhecer a contribuição indireta de minha Igreja local, o clero, leigos comprometidos e fiéis, que serviram de fonte viva para a execução desta monografia. Agradeço especialmente nosso Bispo Diocesano, Dom Pedro Carlos Cipollini, por seu ensinamento e exemplo de pastor no mundo urbano, incansavelmente pastoreando o rebanho a ele confiado nas sete cidades do ABC.

A fé nos ensina que Deus vive na cidade, em meio a suas alegrias, desejos e esperanças, como também em meio a suas dores e sofrimentos. As sombras que marcam o cotidiano das cidades, como exemplo a violência, pobreza, individualismo e exclusão, não nos podem impedir que busquemos e contemplamos o Deus da vida também nos ambientes urbanos. (Documento de Aparecida, n.514)

Resumo

A urbanização do ABC cresceu de forma exponencial durante os séculos XIX e XX atrelada ao crescimento econômico da capital paulista. Este crescimento teve como consequência uma grande desigualdade econômica, habitacional e de acesso aos serviços públicos para a população. A Igreja no ABC buscou adaptar-se à realidade deste povo aplicando o magistério da igreja universal desde a realidade local. Atualmente, o ABC se caracteriza por uma região com contrastes marcantes, onde poucos quilômetros separam mundos opostos. Hoje também se percebe um descompasso entre a ação pastoral e as características do mundo urbano que apresenta grandes desafios. Muitos paradigmas do mundo rural ainda são as referências que norteiam as ações evangelizadoras e as nossas estruturas paroquiais não proporcionam a criação de vínculos entre seus fiéis, tão importantes para a vivência da fé cristã. Esta sociedade plural, cada vez mais indiferente e narcisista, precisa ser evangelizada a partir de uma eclesiologia sempre em saída, proporcionando a criação de pequenas comunidades, onde cada fiel se torna um irmão e não um anônimo. Para isso é preciso abrir-se à cidade, conhecê-la e amá-la. Este esforço evangelizador exige da Igreja uma profunda renovação de suas estruturas e a conversão dos fiéis, consagrados e sacerdotes em discípulos missionários, comprometidos com o anúncio do Evangelho, sem medo de deixar para trás a segurança das estruturas ineficazes.

Abstract

Urbanization in the ABC region grew exponentially during the 19th and 20th centuries, driven by the economic growth of the São Paulo metropolitan area. This growth resulted in significant economic inequality, as well as disparities in housing and access to public services for the population. The Church in the ABC region sought to adapt to the reality of the people by applying the teachings of the universal Church. Today, the ABC region is characterized by striking contrasts, where just a few kilometers separate opposing worlds. Today, there is also a disconnect between pastoral action and the characteristics of the urban world, which presents major challenges. Many paradigms from the rural world still serve as the references guiding evangelizing efforts, and our parish structures do not foster the creation of bonds among the faithful, which are so important for living the Christian faith. This pluralistic society, increasingly indifferent and narcissistic, needs to be evangelized through an ecclesiology that is always reaching out, fostering the creation of small communities where each faithful person becomes a brother or sister rather than a stranger. To achieve this, we must open ourselves to the city, get to know it, and love it. This evangelizing effort demands of the Church a profound renewal of its structures and the conversion of the faithful, consecrated persons, and priests into missionary disciples, committed to proclaiming the Gospel, without fear of leaving behind the security of outdated structures.

Lista de siglas e abreviaturas

ABC – Grande ABC Paulista
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMIDI – Conselho Missionária Diocesano
COMIRE – Conselho Missionário Regional
CVII – Concílio Ecumênico Vaticano II
DAp – Documento de Aparecida
DDM – Diadema
DGAE – Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora
DGAP – Diretrizes Gerais da Ação Pastoral
DMd – Documento de Medellín
DPb – Documento de Puebla
DRJ – Documento do Rio de Janeiro
DSD – Documento de Santo Domingo
EG – Exortação Apostólica Evangelii Gaudium
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MA - Mauá
RMSP – Região Metropolitana da Cidade de São Paulo
RGS – Rio Grande da Serra
RP – Ribeirão Pires
SA – Santo André
SBC – São Bernardo do Campo
SCS – São Caetano do Sul
USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Sumário

Agradecimento	5
Resumo	7
Abstract.....	8
Lista de siglas e abreviaturas.....	9
Introdução	12
1: Ver – o ABC Paulista, história, evangelização e perfil socioeconômico	14
1.1 Objetivo do capítulo	14
1.2 O processo histórico de urbanização no ABC	14
1.3 O processo histórico de evangelização no ABC.....	18
1.4 Perfil socioeconômico do ABC	28
1.5 Conclusão do capítulo	34
2 Julgar: os desafios da evangelização em ambientes urbanos	36
2.1 Objetivo do capítulo.....	36
2.2 Pluralidade cultural e religiosa	36
2.3 Estruturas eclesiais deficientes	39
2.4 Sociedade do isolamento e da indiferença	43
2.5 Conclusão do capítulo	46
3: Agir: propostas de ações pastorais para a evangelização em grandes centros urbanos.....	47
3.1 Objetivo do capítulo.....	47
3.2 Comunidades de comunidades.....	47
3.3 Igreja em saída	50
3.4 Evangelização a partir da realidade urbana.....	52
3.5 Conclusão do capítulo	56
4. Conclusão	57
Anexo - tabelas socioeconômicas do ABC.....	61
Referências	64

Introdução

O tema desta monografia surgiu pela inquietude que tive durante meu estágio pastoral no Conselho Missionário Diocesano de Santo André em 2023 e 2024, quando colaborei na produção do subsídio “Acolhida e Missão”, um material de formação publicado pela diocese em 2024. Durante a elaboração do referencial teórico sobre a missão em ambiente urbano, deparei-me com uma grande dificuldade de encontrar textos que pudessem se adequar à realidade de nossa diocese. Em paralelo, participando dos encontros do Conselho Missionário Regional Sul 1 percebi que o tema da evangelização em grandes centros urbanos não era tratado com profundidade – em grande parte devido às situações emergenciais dos convênios missionários do Regional Sul 1 com a diocese de Pemba em Moçambique e a prelazia de Tefé na Amazônia. Por consequência, decidi debruçar-me sobre este tema e constatei que na última década pouco se escreveu sobre a realidade do Grande ABC Paulista (ABC).

Verifiquei que a última vez que esse assunto foi abordado, ocorreu em 2017, quando nossa diocese encomendou uma grande pesquisa à Universidade Municipal de São Caetano do Sul, traçando um excelente panorama da realidade do ABC, porém, como muitas vezes afirmou o Papa Francisco, “hoje não vivemos uma época de mudanças, mas uma mudança de época”¹. Ademais, não nos esqueçamos que a epidemia de COVID19 mudou radicalmente nosso modo de viver. Atualmente, o ABC, porção do povo de Deus pastoreado pela diocese, é uma das áreas mais densamente povoadas da América Latina, experimentando um processo crescente de verticalização, com a construção de condomínios. Ao mesmo tempo, sofre com altos índices de violência, poluição, segregação social, e outras mazelas para as quais a Igreja tem o dever de apresentar uma atualizada “Palavra de Esperança”.

Portanto, esta monografia tem o objetivo de demonstrar os desafios da evangelização em grandes centros urbanos como o nosso ABC, contribuindo com pistas de ação para que a Igreja continue sua missão de anunciar o Reino de Deus nesta mudança de época. Esta tarefa foi assumida confiando no auxílio do Espírito Santo, como também a Igreja confia, para que a Palavra de Deus

¹ Discurso do Papa Francisco ao clero da cúria romana em 21 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-12/papa-francisco-discurso-natal-curia-romana.html>

possa ultrapassar os novos muros que se erguem entre os homens, transcender as fronteiras virtuais e chegar até as periferias geográficas e existenciais.

Para a elaboração desta monografia foi escolhido o método ver-julgar-agir, assim, no primeiro capítulo apresentaremos uma análise do ABC, começando pela revisão histórica da urbanização da região, depois, a revisão histórica da atuação da Igreja e terminando com o atual perfil socioeconômico baseado em pesquisas de órgãos governamentais e independentes.

A seguir, no segundo capítulo, serão apresentados os principais desafios da evangelização em ambientes urbanos, desenvolvidos a partir da análise dos documentos da Igreja sobre a evangelização e dos dados obtidos pela pesquisa realizada no primeiro capítulo. Em seguida, no terceiro capítulo, serão oferecidas pistas de ação para enfrentar os desafios apresentados anteriormente, baseando-se em exemplos de ações pastorais realizadas na diocese e em paralelo da análise dos documentos do magistério sobre a pastoral urbana..

1: Ver – o ABC Paulista, história, evangelização e perfil socioeconômico

1.1 Objetivo do capítulo

O objetivo do primeiro capítulo será estudar o *locus theologicus* do tema desta monografia. Começaremos pelo percurso histórico de urbanização. A seguir, o desenvolvimento da ação evangelizadora da Igreja na região, abordando o modo como a mesma se adaptou aos desafios da realidade. Ao final, construiremos uma síntese da atual situação socioeconômica do ABC, a partir de indicadores coletados no Censo IBGE 2022 e de outros órgãos governamentais.

1.2 O processo histórico de urbanização no ABC

No Brasil, a migração da população rural para os centros urbanos ocorreu após o último dos três ciclos de produção, a saber, a extração de pau brasil, a produção de cana de açúcar e o ciclo do ouro.

Enquanto a economia açucareira privilegiava a formação econômica rural, com a cidade funcionando como efeito demonstração das relações socioeconômicas, a economia mineira favorece a formação de uma malha urbana muito mais significativa (Frota Neto, 1978, p.22).

Com o declínio do ciclo do ouro no início do século XVIII, surge o ciclo da produção de café. “Na esteira do café há deslocamentos com novas fronteiras agrícolas, agilizam-se e modernizam-se os transportes, criam-se cidades intermediárias – zona da mata mineira, vale do Paraíba, São Paulo até o Paraná” (Frota Neto, 1978, p.22). Somente no início do século XX, com o declínio das exportações de café e o processo de industrialização realizado pelo Governo Vargas, especialmente na década de 1930, a demanda de mão de obra impulsionou o êxodo da população rural para as regiões metropolitanas, provocando a explosão demográfica.

Este êxodo foi impulsionado novamente após a 2ª Guerra Mundial e o advento das indústrias automobilísticas. O ápice deste movimento ocorreu na década de 1970, com a mudança do modelo do agronegócio, que diminuiu a oferta de trabalho no meio rural.

Entre o final do século XX e início do século XXI ocorreu uma drástica diminuição da migração para as regiões metropolitanas já estabelecidas, pois

houve o surgimento de outras zonas metropolitanas, com a criação de novos polos industriais ou de prestação de serviços. Atualmente, a população urbana no Brasil, segundo o censo IBGE de 2022, é de quase 85%, concentrada em mais de 5000 municípios.

No Estado de São Paulo, no início do século XIX, a população se ocupava do cultivo de café e da agricultura de subsistência.

Duas regiões do estado apresentavam um nível de urbanização:

- São Vicente, por ser uma cidade portuária, que era entrada para os sertões e saída para o escoamento da produção de café;

- São Paulo, cidade localizada na fronteira entre o Planalto Paulista e a Serra do Mar, a qual funcionava como um entreposto de distribuição de mercadorias e ponto de parada para as tropas que transportavam a produção rural.

O processo de urbanização evoluiu substancialmente nas últimas três décadas do século XIX, primeiro com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1875, que impulsionou a cafeicultura; depois com a abolição da escravidão, em 1888, que iniciou a grande migração de trabalhadores estrangeiros para as plantações de café; e a Proclamação da República, em 1889, que proporcionou maior relevância à elite cafeicultora paulista (cfr. Frota Neto, 1978, p.28).

De uma província eminentemente rural, o Estado de São Paulo tornou-se o ponto de chegada de milhares de pessoas que buscavam melhores condições de vida, oferecidas pelo forte desenvolvimento urbano, ladeando os trilhos da Ferro Sorocabana. “A ferrovia, que foi compreendida como o vetor de direcionamento da expansão urbana, foi utilizada com o objetivo de ligar o planalto atlântico, bastante fértil e produtivo, ao porto de Santos” (Sampaio, 2015, p. 486).

Rapidamente, as antigas fazendas ao redor da vila de São Paulo de Piratininga, ou das pequenas vilas de mestiços, foram sendo loteadas para receber as famílias destes novos trabalhadores. Não apenas o café, mas a construção civil, as olarias e a própria ferrovia necessitavam de trabalhadores.

A partir de 1919, a região metropolitana da cidade de São Paulo recebeu a implantação de empresas automobilísticas: Ford 1919, General Motors 1925, FNM 1942, Vemag 1945, Willys 1952, Volkswagen 1953, Mercedes-Benz 1953,

Caterpillar 1954, Scania 1958, Toyota 1959, Karmann-Ghia 1959 e FIAT 1967. Por consequência ocorreu o maior crescimento demográfico da região metropolitana da cidade de São Paulo, onde trabalhadores rurais oriundos de outros estados, instalaram-se nas periferias, muitos em áreas de mananciais ou áreas ocupadas irregularmente, em precárias condições de saneamento básico.

O ABC havia surgido com a criação da vila de Santo André da Borda do Campo, em 1553, no caminho entre a Vila de São Paulo de Piratininga e a Vila de São Vicente. Devido às difíceis condições de vida e os perigos de ataques dos povos originários, em 1560 a população de Santo André foi transferida para a Vila de São Paulo de Piratininga. Após a supressão da vila, as terras foram transformadas em sesmarias, áreas destinadas ao plantio, entregues às famílias importantes das vilas próximas.

(...) em 1561, grande parte das terras foi concedida como sesmaria a Amador de Medeiros, ouvidor da Capitania de São Vicente. Boa parte dessa sesmaria foi repassada, em 1637, à Ordem de São Bento, formando-se ali a Fazenda São Bernardo, área atualmente ocupada em grande parte pelo município de São Bernardo do Campo. Outra área importante de domínio dos beneditinos era a Fazenda São Caetano, doada à Ordem em 1631 pelo Capitão Duarte Machado e sua esposa Joana Sobrinha. As outras terras eram menores e foram passando por vários donos até o início do século 20, quando foram loteadas (Santo André, 2025).

Nestas fazendas se produziam alimentos para suprir as necessidades da capital, como também eram fabricados tijolos. Estes produtos eram transportados pelo antigo caminho do mar e pelo rio Tamanduateí até a Vila de São Paulo. “Na região moravam pessoas de condições modestas, como posseiros, arrendatários e tropeiros, geralmente mestiços. Mas não só. Havia também índios administrados e escravos negros, que constituíam a força de trabalho nas fazendas” (Munari, 2023, p.13).

Em 1877, buscando alternativas para desenvolver a região e resolver a questão da falta de mão de obra provocada pelo fim da escravatura, o governo Imperial comprou estas fazendas para dar lugar a assentamentos de imigrantes, em sua maioria italianos. Esta população trouxe consigo muito conhecimento técnico, e aos poucos, atraídas pelo preço baixo dos terrenos, pela mão de obra qualificada e alta demanda, muitas fábricas começaram a instalar-se margeando à ferrovia.

Nas primeiras três décadas do século XX, o crescimento populacional na região do ABC e o desenvolvimento econômico da região evoluíram paralelamente ao crescimento da capital, dando origem à RMSP.

A partir dos anos 30, com ampliação do sistema de substituição de importações, promovida pelo governo federal, o parque industrial se ampliou na região, concentrando mão de obra especializada e grandes empresas de capital nacional e estrangeiro (Ananias, 2019, p.5).

A partir da década de 1950, o programa de industrialização nacional trouxe para o ABC a indústria automobilística e sua cadeia produtiva, tornando-a, em definitivo, uma área urbana. “A partir da Segunda Guerra Mundial o estado brasileiro começa a atuar ativamente como agente promotor da industrialização, via Política de Substituição de Importações, que perdura com força até o final de 1970” (Sampaio, 2015, p.487).

Como consequência desta industrialização deu-se o aumento da migração para a região, que provocou o fenômeno das invasões de terras. Paulatinamente, as chácaras e fazendas que ainda existiam foram loteadas dando lugar a pequenas vilas. Em muitos locais, as várzeas dos córregos e as encostas dos morros também foram ocupadas.

O progressivo encarecimento do preço da terra, associado à ausência de políticas de financiamento e provisão de habitações, propiciaram o surgimento das favelas na região do Grande ABC, que se multiplicam com maior rapidez a partir da década de 1960 (Marguti, 2012, p.50).

Este fenômeno de urbanização, migração e explosão demográfica perdurou até a década de 1980. “Em São Bernardo, o número de habitantes passou de 29 mil, em 1950, para 425 mil em 1980, sendo que 292 mil entre eles eram migrantes” (Murari, 2023, p.31). Conforme Ananias (p.5), na década de 1980, a industrialização sofreu uma estagnação, provocada pela crise econômica nacional, altos custos de implantação de novas fábricas, deslocamento de indústrias para outras regiões e o surgimento de novas tecnologias que substituíam o homem no “chão de fábrica”.

Neste período ocorreu uma forte diminuição na migração para esta região, que atravessou uma transformação socioeconômica, passando a ser predominantemente uma zona de prestação de serviços para a capital. “A Região do ABC passou na década de 1990 por um *boom* de investimentos na área de serviços, como shoppings, hipermercados e lojas de departamentos” (Conceição, 2008, p.131).

Segundo Alas (p. 11) “Na primeira década do séc. XXI, o Brasil viveu o chamado Boom imobiliário, período no qual a indústria imobiliária se fortaleceu, amplamente apoiada na retomada de uma política de crédito habitacional”. O

principal fator para esse rápido crescimento foi o programa do governo federal Minha Casa Minha Vida, que através do financiamento de novos empreendimentos realizados pelo banco estatal Caixa Econômica Federal, fez surgir no GABC centenas de empreendimentos imobiliários, que atualmente também mudam os contornos das cidades.

1.3 O processo histórico de evangelização no ABC

Na gênese do território do ABC está a figura do português João Ramalho, que vivia por aquelas terras com seus filhos. Atendendo à solicitação de Ramalho, a Vila de Santo André da Borda do Campo foi fundada em 8 de abril de 1553 e durou até 1560, quando perdeu o título de vila e se tornou um bairro rural (cfr. Santo André, 2025). O cuidado das almas dos habitantes da nova vila ficou aos cuidados dos jesuítas que haviam construído o colégio na Vila de São Paulo de Piratininga, especialmente os padres José de Anchieta e Leonardo Nunes (cfr. Santos, 1992, p.40), que esporadicamente a atendiam (cfr. Afonso, 2023, p.36).

Nos dois séculos seguintes, as terras do GABC que haviam se tornado sesmarias, foram atendidas pelos clérigos seculares e religiosos da Vila de São Paulo de Piratininga e algumas edificações foram sendo construídas para celebrar os sacramentos para os seus habitantes.

A mais antiga de que se tem notícia é a capela de Santa Cruz, datada de 1611, onde atualmente se situa o município de Rio Grande da Serra.

A capela Nossa Senhora do Pilar foi erigida em 1714, na região chamada de Caaguaçu [hoje Ribeirão Pires]. A capela de São Bernardo é construída em 1717, em uma das fazendas da Ordem de São Bento. No mesmo ano, inaugura-se a capela de São Caetano em Tijucas, na atual municipalidade sulsancaetanense. Abria-se ao culto a capela de Nossa Senhora da Conceição, em Guacuri, atual Diadema, em 1735 (Afonso, 2023, p.37).

“Em 1812 a capela de São Bernardo é elevada à categoria de paróquia, tendo como patrocínio Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem” (Santos, 1992, p. 99). Desta paróquia surgiram as capelas de Santa Filomena, em 1881; Bom Jesus da Pedra Fria, em 1882 (hoje Bom Jesus de Piraporinha, em Diadema); São José, em 1891, em RP; São João Batista, no Bairro dos Meninos (atual Rudge Ramos, São Bernardo do Campo); e finalmente em 1898, a capela Santo Antônio, no atual bairro do Battistini (cfr. Afonso, 2023, p. 40-42).

Com a chegada de imigrantes, especialmente europeus, o perfil da população mudou radicalmente e obrigou a Igreja a adaptar seu pastoreio. “E

assim, neste ponto cronológico, a história do ABC conheceu uma grande virada, com a chegada dos religiosos da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos em 1904” (Afonso, 2023, p.43). Estes sacerdotes, vindos da Itália – com carisma de promover assistência espiritual aos italianos, que deixaram a Itália no final do século XIX, e seus descendentes – promoveram a construção de mais capelas no ABC para atender os bairros mais distantes da estação de trem e da matriz, como a capela de Santo André Apóstolo, em 1910.

“Em 1911, também foram elevadas à categoria de paróquia, as capelas de São José, em Ribeirão Pires, Santa Cruz em Mauá, Nossa Senhora do Pilar em Ribeirão, Rio Grande da Serra e Bom Jesus em Paranapiacaba, cuja existência se tem notícia desde 1880” (Afonso, 2023, p.40). A paróquia de São Caetano (Atualmente Paróquia Sagrada Família) foi fundada em 1924, a partir da reconstrução da antiga capela de mesmo patrocínio. As décadas de 1930 e 1940 assistiram a criação de muitas capelas, mas apenas 3 paróquias, todas em Santo André: Santa Terezinha no distrito de Utinga, em 1940; Beato Inácio de Azevedo e seus companheiros (atual paróquia Santo Antônio) em 1942; e Nosso Senhor do Bom Fim, em 1949.

Entre os séculos XIX e XX, a Arquidiocese de São Paulo passou por profundas mudanças em vista da criação de novas dioceses no interior paulista e sua elevação a sede metropolitana em 1908. “Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, segundo arcebispo metropolitano, para facilitar a organização eclesial divide a arquidiocese em decanatos’ (1939). Santo André passa a ser sede de decanato” (Sobrinho, 2023, p.61).

Em paralelo, ocorreu o movimento por emancipação da região, que culminou na criação do município de Santo André (SA) em 1944, desmembrado de São Bernardo do Campo (SBC), cuja fundação ocorreu em 1889 e da criação de São Caetano do Sul (SCS) em 1948, desmembrando-se de SA. Em 1953, Mauá (MA), Diadema (DDM) e Ribeirão Pires (RP) emanciparam-se de SBC e Rio Grande da Serra (RGS) emancipou-se de RP.

Diante do desafio pastoral que o rápido crescimento da região apresentava, o terceiro arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, e seu bispo auxiliar, Dom Paulo Rolim Loureiro, planejaram a criação de uma nova diocese com sede em Santo André.

Para a criação da nova diocese ocorreu um esforço para criação de paróquias:

- Em 1952, a paróquia Santa Maria Goretti em SA, desmembrada da paróquia Santa Terezinha.

- Em 1953, no mesmo dia, foram criadas 5 paróquias:

1. São José da Bela Vista, (atual São José Operário em SA), que foi desmembrada da paróquia Nossa Senhora do Carmo.
2. Nossa Senhora da Candelária, em SCS.
3. Imaculada Conceição, atualmente Diadema.
4. São João Batista, no bairro Rudge Ramos, em SBC.
5. São Caetano Velho, no Bairro da Fundação em SCS.

- Em maio de 1954, foi criada a paróquia Imaculada Conceição em Mauá.

- Em junho de 1954, foi criada a paróquia São Camilo de Lellis, desmembrada da recém-criada paróquia Santa Maira Goretti.

Contando assim com 15 paróquias, em 22 de julho de 1954 foi criada a Diocese de Santo André, através da Bula do Papa Pio XII *Archidioecesis Sancti Pauli*; tendo sido nomeado como seu primeiro bispo, Dom Marcos Jorge de Oliveira.

Com a chegada de Dom Jorge Marcos, a realidade da Igreja católica na região passa por grandes transformações. Ele, pessoalmente, dedica-se a um diálogo fecundo com o movimento operário. Sua preocupação é fomentar um humanismo cristão, realizando a articulação entre capital e trabalho. Com base nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, o bispo assume a missão de formar um operariado católico consciente da sua fé e dos seus compromissos com a transformação da sociedade. Transformou o núcleo da ação católica em Federação Diocesana, insistindo na implantação da JOC [Juventude Operária Católica] em todas as paróquias, mesmo sofrendo com a resistência da maioria dos párocos (Sobrinho, 2023, p.54).

Acompanhando a transformação social, a recém fundada Diocese e seu 1º bispo distanciaram-se da eclesiologia do pontificado de Pio XII, cuja preocupação era a defesa da fé frente ao avanço de ideologias contrárias à fé, especialmente o comunismo, para uma eclesiologia que se antecipou à renovação eclesial do CVII (Concílio Vaticano II) (cfr. Souza, 2018, p.152).

Esta mudança pode ser observada pela aproximação da Igreja junto aos operários com o apoio às reivindicações sociais e greves que ocorreram no período. Também se observava a preocupação de Dom Jorge pela presença da Igreja junto ao povo. Mais da metade das atuais paróquias da Diocese foram criadas no seu episcopado, acompanhando o crescimento das periferias que surgiam.

Em 1975, por motivos de saúde, Dom Jorge solicitou ao Papa um bispo coadjutor para sucedê-lo. Em 22 de março daquele ano Dom Claudio Hummes, frade franciscano, é nomeado, assumindo a Diocese em 29 de dezembro, como seu 2º bispo.

De acordo com Pe. Felipe Cosme Sobrinho (2015, p.92), o ABC sofria com as decorrências da política econômica do governo militar, e com a chegada de Dom Cláudio iniciava-se uma nova articulação pastoral, fortalecida pelos movimentos de base e a rearticulação sindical. Esta época ficou marcada pela atuação da Igreja como grande articuladora do diálogo entre a classe sindical e o governo. Além disto, era clara a opção preferencial pelos pobres na ação pastoral da Diocese, que tinha diante de si o drama de centenas de milhares de cidadãos que viviam sob condições insalubres de moradia e acesso a recursos públicos. A Irmã Wilma Carvalho (2023, p.134) nos recorda que Dom Claudio foi presença marcante como pastor da Igreja do ABC, não somente junto ao movimento operário, mas solícito a todas as carências e dificuldades do povo.

Com Dom Cláudio surgem os planos de organização pastoral que moldariam o modo de ser da Diocese. Nas palavras de Dom Cláudio “Desde que me foi entregue o pastoreio episcopal desta Igreja Particular, em dezembro de 1975, sempre sonhei com um Plano Diocesano de Pastoral, que unisse e organizasse as muitas energias evangelizadoras deste Povo de Deus” (Diocese de Santo André, 1979, p.3).

O primeiro Plano de Pastoral foi apresentado como um planejamento realizado com o povo e não só para o povo, mas como uma resposta às exigências da vida da população e um desenvolvimento da corresponsabilidade e conscientização pastoral do Povo de Deus como um todo. Este Plano apresentava o objetivo geral da ação pastoral da Diocese como “Evangelização”, e as prioridades pastorais foram: Pastoral Familiar, Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e Pastoral do Mundo do Trabalho. A assembleia de aprovação do Plano fixou sua vigência até 1981.

Entretanto, somente em 1984, quando a Diocese completou 30 anos, foi apresentado o segundo Plano Pastoral. É interessante notar que o Plano tinha uma forte influência dos documentos do CELAM e do magistério do Papa São Paulo VI, como se pode verificar na mensagem de abertura do Plano, escrita por Dom Cláudio:

“sendo o Grande ABC, que é o território da Nossa diocese, uma área altamente industrializada e com uma população majoritariamente operária, nossa opção preferencial pelos pobres, torna-se também necessariamente uma opção preferencial pelos trabalhadores, segundo as orientações da encíclica papal ‘laborem Exercens’. (Diocese Santo André, 1984, p.3).

Esta influência também demonstra o quanto a eclesiologia adotada pela Diocese e sua ação pastoral estavam em consonância com o *aggiornamento* do CVII e como a Igreja no ABC estava comprometida com a realidade social do povo.

Este Plano reafirmou o plano anterior definindo o objetivo geral como “Evangelizar”; nas prioridades pastorais manteve as CEB’s, reduziu a Pastoral do Mundo do Trabalho para Mundo do Trabalho e trocou a Pastoral Familiar pela Catequese. Este Plano também marcou o início do projeto Igrejas Irmãs, um convênio de ajuda mútua entre a Diocese de Santo André e a Diocese de Santarém.

Em 1989 foi construído o terceiro Plano. Para o seu objetivo geral, a Diocese assumiu o Objetivo das Linhas Gerais de Evangelização da CNBB.

“O Texto do Objetivo Geral é este: Evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural; anunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem; à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres; pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão; visando formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna; sinal do reino definitivo” (Diocese de Santo André, 1989, p.4).

O plano orientou todas as pastorais diocesanas a assumirem as seis dimensões definidas pela CNBB: comunitária e participativa, missionária, catequética, litúrgica, ecumênica e de diálogo religioso, profética e transformadora. O plano também afirmou que estas dimensões eram necessárias e indispensáveis a toda ação pastoral. No lugar de prioridades pastorais foram apresentados três destaques pastorais, “os três destaques pastorais não devem ser colocados no centro do Plano. Nem devem ser entendidos como sendo a única ou a mais importante coisa a ser realizada” (Diocese de Santo André, 1989, p.6). As CEB’s foram mantidas, o Mundo do Trabalho se tornou Pastoral Operária, e a Catequese deu lugar à Formação de Agentes de Pastoral (Fé – Bíblia – Teologia - Problemas sindicais, sociais, políticos e econômicos). O plano deveria ser aplicado no triênio 1989-1991.

Em 1992, o quarto Plano novamente trouxe o Objetivo Geral da CNBB para a Igreja do Brasil:

Evangelizar com Renovado Ardor Missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna, à luz da Evangélica opção pelos pobres, para formar o Povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da Vida e da Esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino Definitivo” (Diocese de Santo André, 1999, p.13).

Contudo, modificou novamente o método de ação pastoral, desta vez orientando as pastorais e comunidades a seguirem oito eixos de trabalho, “adesão a Jesus Cristo, renovado ardor missionário, oração e liturgia, evangelização inculturada das cidades, promoção humana, leigos, renovação da paróquia e formação de agentes pastorais e pastores” (Nascimento, 2023, p.119).

É interessante notar neste plano a influência do documento do CELAM de Santo Domingo, principalmente na preocupação com relação ao crescimento das seitas neopentecostais no ABC. Outro ponto relevante é a preocupação por uma evangelização inculturada na cultura urbana, “para esta evangelização inculturada, sobretudo na cidade, é necessário convocar de modo especial os leigos. As paróquias deverão ser reestruturadas em vista da evangelização urbana” (Diocese de Santo André, 1992, p.4).

Em 1996, Dom Cláudio foi nomeado Arcebispo de Fortaleza e em seu lugar foi nomeado Dom Décio Pereira como 3º bispo de Santo André, tomando posse aos 29 de junho de 1997. Segundo o Pe. Torres (2015), o ABC passava por um momento de transição entre o decréscimo da atividade industrial, e a desaceleração do crescimento populacional das três décadas anteriores. Dom Décio se deparou com a realidade das favelas, miséria e violência crescentes.

A marca do episcopado de Dom Décio foi o ardor missionário. “Em seu primeiro ano realizou visitas a todas as 79 paróquias que continha a Diocese de Santo André; lançou o jornal diocesano Voz das Comunidades” (Carvalho, 2023, p.140); conduziu um ano missionário em preparação ao Jubileu do ano 2000, enquanto a Diocese preparava um novo Plano de Evangelização: rumo ao novo milênio. Este plano assumiu o mesmo objetivo da “Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil” proposta pela CNBB no Doc.54. Não apresentou prioridades ou preferências, mas trouxe quatro grandes exigências que deveriam ser assumidas por todas as pastorais, “Esta evangelização inculturada tem quatro grandes exigências: Testemunho de Comunhão Eclesial, Serviço, Diálogo e Anúncio” (Diocese de Santo André, 1999, p.21). Na segunda parte do plano

foram apresentadas ações concretas para cada uma destas exigências e na terceira parte foi traçado um objetivo geral para cada pastoral. Apesar de ser um plano para a atuação da Diocese para o novo milênio, ele previa a realização de suas atividades no biênio 1999-2000.

Quanto ao bispo, a preocupação com o diálogo, o ecumenismo, a caridade e a evangelização permeavam todas as suas ações e palavras. Ficou conhecido pelo povo como o bispo que sempre estava sorrindo. Seu falecimento inesperado em 5 de fevereiro de 2003 causou uma intensa comoção na Diocese, que o recorda como um bispo missionário, sempre alegre e acolhedor.

Após oito meses sendo conduzida por um administrador apostólico – Dom Airton José dos Santos, que era bispo auxiliar de Santo André – foi nomeado Dom Nelson Westrupp como o 4º bispo diocesano, em 01 de outubro de 2003, tomando posse em 29 de novembro (cfr. Diocese de Santo André).

A marca mais evidente do episcopado de Dom Nelson foi a construção do edifício sede da Cúria Diocesana, “uma vez que a Cúria existente era pequena e inadequada para atender e acompanhar a imensa Diocese do Grande ABC” (Carvalho, 2023, p.144). Através da contribuição das paróquias e do envolvimento de pastorais, associações e fiéis da diocese, o prédio foi inaugurado em 30 de novembro de 2012.

Em paralelo à construção do edifício, Dom Nelson deu continuidade ao trabalho de organizar e ampliar o trabalho pastoral na região, fortalecendo as estruturas diocesanas. Reorganizou a escola diaconal, rearticulou o jornal diocesano e o setor da comunicação. Em doze anos de episcopado realizou três assembleias diocesanas, elaborando três planos diocesanos de pastoral.

O quinto plano pastoral, lançado em 2007, trouxe em sua introdução uma importante explicação sobre a necessidade de uma Pastoral Orgânica, ou de Conjunto, para garantir a harmonia entre as diversas pastorais diocesanas. Como objetivo geral “a Diocese de Santo André assume como compromisso pastoral as DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL [DGAE] (Doc.71 da CNBB)” (Diocese de Santo André, 2007, p.23). Os objetivos específicos foram apresentados como desafios: promover a dignidade da pessoa, renovar a comunidade e construir uma sociedade solidária. As quatro exigências do Plano anterior foram apresentadas como pistas de ação. Para cada pista de ação, o Plano definiu a criação de uma comissão. Estas

comissões tinham cada uma seu próprio objetivo, seus responsáveis e sua metodologia. Este Plano teve como duração o triênio 2007-2009.

O sexto Plano Pastoral, lançado em 2010, trazia na sua introdução o objetivo geral, criado a partir das DGAE da CNBB:

ANUNCIAR JESUS CRISTO, acolhendo as Exigências da Evangelização com disponibilidade incondicional ao Reino, através dos Ministérios da PALAVRA, da LITURGIA e da CARIDADE, levando a uma efetiva conversão pessoal e pastoral, formando discípulos(as) missionários(as), transformando nossas Comunidades em centro de 'Irradiação de Cristo' (Diocese de Santo André, 2010, p.3).

Foram eleitas 3 prioridades diocesanas, uma para cada ano:

2010, Fortalecimento e criação das escolas de liturgia para uma formação permanente; 2011, Rede de comunidades para desenvolvimento de uma espiritualidade bíblica, doutrinal e evangelizadora (evangelizar a periferia com células católicas, fortalecer grupos de rua e círculos bíblicos, opção evangélica pelos pobres, resgatar os jovens, catequese continuada); 2012 fortalecimento da Pastoral Familiar (ir ao encontro das famílias, visitação, acolhida, respondendo aos desafios como: divórcio, segunda união e outros) (Diocese de Santo André, 2010, p.27).

Para cada uma das comissões foram traçados objetivos específicos a partir dos objetivos anuais, indicando as pastorais encarregadas da sua realização e oferecendo uma fundamentação teológica para o trabalho de cada comissão.

No sétimo Plano, lançado em 2013, não foi indicado um objetivo geral como em planos anteriores. O método apresentado também abandonou as comissões e objetivos específicos. Foram apresentadas cinco urgências que “dizem respeito à busca e ao encontro de caminhos para a transmissão e sedimentação da fé, neste período histórico de transformações profundas” (Santo André, 2013, p.15). Mostram uma Igreja em comunhão com sua história e com a realidade perplexa e sofrida do povo” (Diocese de Santo André, 2013, p.15). As urgências eram: Ser uma Igreja em estado permanente de missão, casa de iniciação à vida cristã, lugar de animação bíblica da vida e da pastoral, comunidade de comunidades e serviço da vida plena para todos. O Plano tinha vigência até 2015.

Ao completar 75 anos, Dom Nelson renunciou ao governo da Diocese. Em 27 de maio de 2015, o Papa Francisco nomeou o 5º bispo diocesano, Dom Pedro Carlos Cipollini, até então, bispo de Amparo-SP. Dom Pedro tomou posse da Diocese de Santo André em 27 de julho de 2015, diante de aproximadamente 7.000 pessoas, na solenidade celebrada na Praça do Carmo, em frente à catedral diocesana. Naquela tarde, em entrevista ao jornal Diário do Grande ABC, Dom Pedro afirmou que precisava redimensionar todo o seu modo de ver

e os projetos que pensava para uma Igreja, e que antes de projetar ações para desenvolver durante seu bispado, conheceria um pouco mais o atual cenário (cfr. Oliveira, 2015).

Este processo de escuta é uma marca visível do episcopado de Dom Pedro que, logo após tomar posse, iniciou as visitas a todas as 106 paróquias e suas 255 comunidades. Apesar das limitações da pandemia do Covid19, pode concluir em dezembro de 2023².

Em 2016, desejando “Escutar a todos e convidá-los ao estado permanente de evangelização/missão, que corresponda aos desafios pastorais atuais contextualizados da Igreja no Grande ABC” (Cipollini, 2016), Dom Pedro convocou o primeiro Sínodo Diocesano, onde a Igreja no GABC pode avaliar a situação da evangelização na região, a partir das bases de sua atuação pastoral, e por uma pesquisa realizada pela USCS.

O Sínodo, diferente das assembleias diocesanas para elaboração dos planos de pastorais, contou com um processo de construção mais abrangente, tendo como fruto uma constituição Sinodal – um marco na história diocesana – e ao mesmo tempo, o oitavo Plano Diocesano de Pastoral com vigência até 2020.

Por isso, para a elaboração do presente Plano Diocesano de Pastoral, a Igreja no Grande ABC motivou, por meio do seu Sínodo, pesquisas, estudos e reflexões acerca da realidade diocesana e de sua ação evangelizadora, explicitados nesta constituição Sinodal. Com a participação de todas as expressões eclesiais, foram organizadas Sessões Sinodais Gerais (com a participação de 420 membros sinodais convocados). Também ocorreram Sessões Sinodais por áreas Pastorais (com representantes da Pastorais/Movimentos/Associações). Houve ainda Sessões em cada uma das paróquias e nas Regiões Pastorais, que resultaram em dez propostas de prioridades (advindas de cada uma das dez regiões que compõem a organização do território diocesano). (Diocese de Santo André, 2018, p.87).

O oitavo Plano elegeu três Prioridades Pastorais: acolhimento em suas duas dimensões importantes (cultura e espiritualidade); um Igreja em saída e em estado permanente de missão; ação missionária permanente para fortalecer a presença da Igreja junto aos mais pobres nas periferias, aos cristãos católicos afastados, aos doentes e aos grupos necessitados de motivação e acolhida. Para a organização das prioridades, o oitavo plano elaborou oito itinerários

² cfr. <https://diocesesa.org.br/2023/12/foi-maravilhoso-estar-no-meio-de-voces-reafirma-dom-pedro-em-encerramento-das-visitas-pastorais/>

pastorais, cada um contendo: objetivos específicos, ações práticas, os responsáveis pelas ações, locais de aplicação das ações e início de cada ação.

1. Convivência e oração comunitária;
2. Formação para o discipulado;
3. Conversão para o acolhimento;
4. Comunicação e evangelização;
5. Formação para a missão;
6. Setorização;
7. Visitas missionárias;
8. Ação solidária.

Um dos objetivos apresentados pelo sínodo diocesano e o oitavo plano para o itinerário da Ação Solidária foi a criação do Vicariato Episcopal para a Caridade Social (cfr. Diocese de Santo André, 2018, p.99), que se concretizou em 2 de dezembro de 2019. “A ação do Vicariato, principalmente durante a pandemia da COVID19, se mostrou providencial em organizar a ajuda da Igreja aos inúmeros necessitados” (Carvalho, 2023, p.149).

Uma semana após o *lockdown*, a Diocese, a partir do vicariato, começou a articular uma rede de solidariedade buscando auxiliar as milhares de famílias atingidas pelo desemprego e pela diminuição de renda. Em quatro meses, o recém-criado vicariato arrecadou mais de vinte toneladas de alimentos que foram distribuídos no ABC³.

Além da atuação social, durante a pandemia, a Diocese, especialmente através das mensagens de Dom Pedro, incentivou o distanciamento social, a utilização de máscaras e a vacinação. Destaca-se neste período a utilização da paróquia São João Batista, em São Bernardo do Campo, como um dos primeiros pontos de vacinação no ABC⁴.

Após a retomada das atividades nas paróquias, a Diocese concentrou suas ações em aplicar o oitavo plano pastoral, o qual foi prorrogado por dois anos e manteve suas duas prioridades. Dois dos grandes desafios apresentados na prorrogação do oitavo plano foi a pluralidade da cultura urbana e a tarefa de anunciar Jesus Cristo no contexto multicultural e religioso do ABC. As pesquisas feitas para o sínodo Diocesano (cfr. Diocese de Santo André, 2018, p.17) havia

³ Cfr. <https://diocesesa.org.br/2020/06/vicariato-para-a-caridade-pontos-de-arrecadacao-de-doacoes-no-abc/>

⁴ Cfr. <https://diocesesa.org.br/2021/03/fe-e-esperanca-paroquia-como-ponto-de-vacinacao-e-oracao-pelos-imunizados/>

identificado a diminuição do número de cristãos católicos, o aumento de outras denominações religiosas, como as igrejas evangélicas e o aumento da indiferença religiosa no ABC. O atual bispo diocesano por ocasião de seus 10 anos de episcopado (2025) escreveu uma Carta Pastoral, onde recordou esta constatação do sínodo diocesano e elencou alguns desafios atuais para a evangelização no ABC:

Em primeiro lugar, a erosão do catolicismo devido ao enfraquecimento da vida cristã, manifesta-se no secularismo, como abandono da fé, da religião e da Igreja. Este é o maior desafio para a Igreja hoje. O relativismo que implica no abandono das leis da sociedade, dos mandamentos de Deus, da busca pela verdade, pois cada um decide o que quer. Passa a vigorar na sociedade, a lei do mais forte. Em segundo lugar, a iniquidade social, que na Bíblia é o mistério da iniquidade (cfr. 2Tes 2,7) é o anti-Cristo, o anti-Reino, é o mal, organizado na sua realidade diabólica, que tenta destruir a obra de Deus: criação e criaturas. Nossa região é um dos lugares mais ricos do Brasil, mas a iniquidade social está presente, fruto de um sistema injusto, gerador de opressão e exclusão, o qual impede a glória de Deus, que é o homem vivo e unido a Ele na sua dignidade (Cipollini, 2025, pág.30).

Devido à pandemia de COVID19, o oitavo Plano foi prorrogado até 2024. Em 2025, a Diocese lançou o 9º Plano Diocesano, agora com vigência de 5 anos. Utilizando a metodologia sinodal, consultando os fiéis através de questionários entregues nas missas, consultando os agentes de pastorais através de assembleias paroquiais e foraneas, consultando os sacerdotes e elaborando o documento final numa assembleia com representantes de todas Diocese foram eleitas como prioridades a pastoral de conjunto, juventude e família.

1.4 Perfil socioeconômico do ABC

A RMSP, onde se encontra o ABC, destaca-se no cenário nacional por sua história de pioneirismo, rápido desenvolvimento urbano, processo de urbanização impulsionado pela imigração, migração, alta densidade demográfica etc.

A tarefa da evangelização no ABC deve começar reconhecendo que estamos num contexto eclesial *sui generis*, com características gerais de um grande centro urbano. O Papa Francisco, ao falar da Igreja diante do desafio das culturas urbanas, nos diz que: “Precisamos identificar a cidade a partir de um olhar contemplativo, isto é, um olhar de fé que descubra Deus que habita nas suas casas, nas suas praças” (EG 71). Por isso é necessário debruçar-se sobre os números que apresentam a atual situação socioeconômica do ABC, para,

considerando a cidade como *locus theologicus*, compreendermos o desafio da tarefa de evangelizar.

As 7 cidades do ABC concentram uma população estimada em 2.792.766 habitantes em 2025. Esta população encontra-se praticamente toda ela inserida em território urbano, cuja densidade demográfica média é de 5.568,16 habitantes/km², superando em quase duzentas vezes a densidade nacional. Este dado é muito importante pois, “cidades com alta densidade demográfica enfrentam dificuldades relacionadas à vida urbana, como mobilidade, tratamento de resíduos sólidos, habitação, preservação ambiental, acesso à equipamentos públicos, entre outros” (Almeida Neto, p.19). Entretanto, esta densidade não é homogênea, havendo uma desproporção de mais de 1.000% entre a cidade mais densamente habitada (DDM 12.795,69 hab./km²) para a menos densamente habitada, (RP 1.167,59 hab./km²).

Outro dado relevante é a distribuição etária da população: a idade média da população no ABC é de 37 anos, tendo SCS como a cidade com média mais alta, (42 anos) e no outro extremo RGS (34 anos). Sendo a média nacional 35 anos, este dado denota um processo de envelhecimento da população regional. Outro aspecto que corrobora com esta afirmação é a porcentagem de idosos (60 anos ou mais) em relação ao de crianças e adolescentes (0 a 14 anos): na média regional, 17,2% da população é idosa, contra 17,1% de jovens.

Na questão de gênero, o ABC encontra-se bem próximo da média nacional: a média regional é de 52% para mulheres e 48% para homens, contra a nacional de 51,5% e 48,5% respectivamente. Este número, porém, esconde um dado alarmante, o aumento da mortalidade entre homens adultos:

No Estado de São Paulo, a idade média das mulheres supera a dos homens e tem aumentado ao longo do tempo. Em 2000, as mulheres tinham em média 30,9 anos e os homens, 29,4 anos, uma diferença de 1,5 ano, que se ampliou gradativamente nas décadas seguintes: em 2010, a idade média feminina era de 34,4 anos e a masculina de 32,5 anos; em 2023, essas idades atingiram, respectivamente, 39,1 e 36,7 anos (Fundação Seade).

Uma das características marcantes do ABC é, e sempre foi, a sua desigualdade social. Desde o renascimento da Vila de Santo André no século XIX seus moradores foram atraídos pela possibilidade de trabalho e renda, fosse na agricultura destinada à metrópole, na produção de tijolos ou nas indústrias recém-instaladas pelo Estado Novo. Este fenômeno foi marcado pelas precárias condições de vida dos trabalhadores recém-chegados e pela escandalosa má

distribuição de renda. Após a década de 1970, com o fim da implantação da indústria automobilística, o empobrecimento da região se intensificou.

A expansão do parque industrial do ABC perde força nos anos de 1980. Devido ao cenário de crise econômica e aos elevados custos de implantação de novas plantas industriais, o cenário de crescimento se transforma em estagnação. Empresas passam a buscar regiões cujos custos de instalação e operação fossem menores, afetando diretamente os níveis de empregos no setor industrial da região. Nos anos de 1990 esse processo se acentua com a ampliação do uso de tecnologias “poupadoras de mão de obra” e a região que já fora considerada o “eldorado” dos empregos industriais, passa novamente por profundas mudanças (Ananias, p.6).

Analisando os dados obtidos no SEADE e no IBGE, constata-se que no ABC todos os municípios apresentam um salário médio maior que a média nacional (R\$3.408,00), e 3 municípios (SBC, SCS, DDM) apresentam um salário maior que média do Estado de São Paulo (R\$4.512,00), com destaque para os municípios de SBC com o maior, (R\$5.313,00) e RGS com o menor da região, (R\$3.491,40), apresentando uma expressiva diferença de 34%.

Apesar deste potencial econômico, segundo o CadÚnico, no ano de 2022, 11% da população da região tinha renda familiar *per capita* de até R\$105,00 mensais, o que os situava vivendo em situação de pobreza extrema⁵. Este cenário traz embutido outro fenômeno dos grandes centros urbanos: a informalidade. No ABC é notório a correlação entre PIB *per capita* e informalidade. Enquanto em RGS, cidade com o menor PIB *per capita* anual (R\$18,472,00), apenas 9,3% da população são trabalhadores formais, em SCS, que conta com o maior PIB anual (R\$95.640,71), uma impressionante parcela de 70,6% da população são trabalhadores formais.

Um dado importante do cenário econômico local é a distribuição das empresas por setores. O ABC, que no século passado era considerado o maior polo industrial do Brasil, tornou-se uma região com predominância de prestação de serviços. Das 410.031 empresas ativas em setembro de 2025 (quase uma para cada sete habitantes e quase uma para cada dois trabalhadores formais) 50% são Micro Empresários Individuais (MEI's). Entre os 784.547 trabalhadores formais, 49,8% estão alocados em empresas de prestação de serviços, 29,5% em indústrias e 20,6% em estabelecimentos comerciais. A maior ocupação

⁵ Cfr. O Grande ABC tem 311.316 pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. O número representa quase o total de habitantes de São Caetano, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, que somam 340.010 moradores. In: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3896558/extrema-pobreza-atinge-311-mil-moradores-do-grande-abc>

laboral do ABC atualmente é a de vendedor/demonstrador com 40.535 trabalhadores formais.

No setor educacional, o ABC se destaca a nível estadual e nacional. Em março de 2025, o governo estadual premiou 5 cidades da região por se destacarem entre as que mais se desenvolveram na educação infantil⁶. A escolarização de crianças de 0 a 14 anos alcançou 98,61% na média regional, próximo à média nacional de 99,5%, o que demonstra o grande esforço regional em garantir acesso ao ensino fundamental.

Outro indicador importante da educação regional é o IDEB: em 2023, a média regional alcançou a meta determinada para o Estado de São Paulo, destacando o município de SCS, a cidade com maior índice em todo o país (6,6)⁷. A cidade de MA registrou o menor valor no IDEB (6,2), resultado não muito distante da média estadual.

No caminho inverso, o ensino médio apresenta uma média regional menor (4,5) do que a meta estadual (5,1). Outro dado relevante é o abandono de alunos no ensino médio que alcançou 2,2% a nível regional, um pouco abaixo da média estadual de 2,8%.

Segundo a análise do IBGE, o ABC destaca-se pelo desempenho escolar dos alunos, como também pelo número de docentes, da disponibilidade de vagas na rede pública e no investimento municipal na educação, o que se reflete nos bons números com relação aos indicadores nacionais.

No Aspecto religioso, o ABC é um retrato da tradição cristã na formação histórica do Brasil, apresentando dados sobre a religião de seus moradores bem próximos das médias nacionais. No Censo 2022, 48,67% dos habitantes se declararam católicos apostólicos romanos, com SCS sendo a cidade com maior incidência (57,02%) e RGS a menor (54,20%). Em segundo lugar foi destacada a religião evangélica com a média de 28,17% dos habitantes. Neste ponto temos uma inversão, apresentando a cidade de RGS com maior incidência de evangélicos e SCS com a menor (34% e 18,65%).

⁶ Cfr. Governo de SP anuncia R\$ 2,5 milhões em premiação para prefeituras do ABC que avançaram na alfabetização de crianças. In: Agência de Notícias do Governo do Estado de São Paulo em 25 de mar de 2025. <https://www.agenciasp.gov.br/premio-de-excelencia-em-educacao/> acesso em out de 2025.

⁷ Cfr. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025 <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/estados-sp.html> acesso em out 2025.

Ainda no Censo IBGE 2022, a cidade que destacou-se no panorama regional foi SCS, pois além de ter a maior média de católicos e evangélicos, também figura uma grande variação em relação as religiões de matriz africana e espírita, contendo mais que o dobro da porcentagem de pessoas com religião espírita (6,39% contra 2,92%), e meio ponto percentual acima da média regional, em relação a pessoas que se declaram frequentadoras de religião de matriz africana (2,37% contra 1,77%). Por outro lado, SCS foi a cidade com menor índice de pessoas sem religião, apresentando mais de um ponto e meio abaixo da média regional (9,22% contra 10,98%).

Outros pontos que foram observados: cidade com a menor quantidade de pessoas que se declaram de religião espírita foi RGS (0,93%); a cidade com a menor quantidade de pessoas que se declaram de religião de matriz africana foi MA (1,12%); a cidade com o maior número de pessoas que se declaram sem religião foi DDM (11,84%); a porcentagem regional de pessoas de outras religiões foi de 6,56%, tendo SBC apresentado a menor variação (6,04%) e RP a maior (7,09%).

Através do Atlas da Violência 2024, uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pode-se dimensionar os números de mortes violentas (homicídios, feminicídios, enfrentamentos com a polícia, latrocínios e lesões corporais resultantes em óbitos) ocorridos na região.

Em 2024, ocorreram 150 óbitos no ABC e a média regional foi de 5,5 óbitos por 100.000 habitantes. Em números totais, destacamos SA com a maior ocorrência (41) e RGS com a menor (4). Calculando o número de óbitos por 100.000 habitantes estes indicadores mudam drasticamente: RP apresentou o maior índice (9,56), seguido muito de perto por RGS (9,06) e SBC (33 óbitos) apresentou o menor índice (4,07).

Todas as cidades apresentaram uma tendência de redução no número de óbitos por causas violentas, com exceção de SCS que apresentou a tendência de aumento (3 em 2023, 7 em 2024). A cidade com maior diminuição foi DDM com apenas 60% de ocorrências em relação ao ano anterior (28 em 2023, 17 em 2024).

O indicador mais impressionante desta série foi a relação de óbitos do sexo masculino para os de sexo feminino. No período, a proporção foi de mais de 10 vezes: 137 óbitos do sexo masculino e 13 óbitos do sexo feminino.

Ainda com relação aos falecimentos é preocupante a incidência de suicídios na região. Foram relatados 160 suicídios, tendo as cidades de SCS e RP as maiores incidências da região (9,69 e 11,36 para cada 100.000 habitantes) e SBC e SA as menores (5,43 e 5,34). Todas as cidades dessa região apresentaram tendência de alta com relação ao ano anterior.

Através dos dados obtidos na secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, verificamos o número de ocorrências envolvendo roubos/furtos de objetos, roubos/furtos de veículos no ano de 2024. No ABC todas as cidades, exceto SA, apresentaram uma incidência menor do que a média estadual (1.902/100.000hab.); SA foi a cidade com maior índice e maior número de ocorrências (2.672/100.000hab. e 20.898 ocorrências); a cidade com menores índices foi RGS (602/100.000hab. e 273 ocorrências). Apenas SCS e RGS apresentaram tendência de aumento nos dados, as demais cidades apresentaram tendências de diminuição nas ocorrências em relação aos dois anos anteriores (SCS 77 furtos a mais que em 2023, e RGS 10 furtos de veículos a mais do que em 2023).

Diante dos dados coletados do Censo 2022 fica evidente a discrepância de acesso à saúde pública e saneamento básico no ABC. Os números demonstram a relação direta entre poder econômico e bem-estar social.

Começando com o índice de mortalidade infantil, um dos parâmetros utilizados para calcular o IDH, a média regional apresentou 8,97 óbitos por 1.000 nascimentos, entretanto, a cidade de MA apresentou um índice quase 4 vezes maior que SCS (13,4 contra 4,46). Esta variação acompanha a alternância do índice de leitos hospitalares para internações, onde SCS e SBC, que quase empatados na primeira posição, tem quase 3 vezes mais leitos que MA (230 e 233 contra 80). Entretanto, a situação mais crítica encontra-se em RGS que não conta com leitos para internação e seus mais de 45 mil habitantes precisam se deslocar para as demais cidades do ABC em busca de atendimento hospitalar especializado.

Ainda através do Censo IBGE 2022, destacamos o percentual de urbanização do território, da população vivendo em área de risco (zonas

alagáveis, encostas de morros e áreas com risco de desmoronamento) e domicílios com saneamento básico.

No ABC percebemos uma grande variação geográfica da distribuição da população no território. SBC, que conta com a maior população entre as 7 cidades, (28%) tem apenas 20,54% de seu território urbanizado, enquanto SCS, que representa apenas 6,18% da população, tem 100% do seu território urbanizado. Isto ocorre, em grande parte, pelo fato do território do ABC conter uma das maiores áreas de proteção da mata atlântica, fazendo divisa com as cidades do litoral de São Paulo. Este acidente geográfico comprime a população contra os limites da capital, ajudando a criar ao mesmo tempo centros densamente povoados e periferias com saneamento básico precário.

No ABC, 10,3% da população habita áreas de risco (288.248 pessoas), tendo a cidade de SBC o maior índice e número de pessoas em condições precárias de moradia (15,17% e 127.648). No outro extremo, SCS não tem nenhum morador em área de risco. Estes índices não acompanham a taxa de acesso a saneamento básico, pois RGS apresenta 18,26% de seus domicílios não atendidos por redes de água e/ou esgoto, tendo SBC apenas 6,5% dos domicílios nesta situação. SCS, entretanto, lidera este quesito com apenas 0,05% dos domicílios não atendidos plenamente.

Com relação ao tipo de domicílio, esta desigualdade também é nítida. O ABC conta com 470.442 pessoas vivendo em favelas, tendo SBC o maior número de pessoas (158.274), MA o maior percentual (26,8%), e SCS e RP com o menor número (0 e 7 pessoas). Por outro lado, podemos verificar o processo de verticalização do ABC: SCS apresenta mais da metade de suas moradias como apartamentos (52,5%), seguida de SA (34,7%) e SBC (32,4%), tendo RGS no outro extremo com 0,6% de apartamentos entre as habitações da cidade. Um dado relevante é o percentual de cortiços em SCS (1,2%), o maior da região.

Por último, segundo o CadÚnico, o ABC tem 2.722 famílias vivendo em situação de rua: 1.021 famílias em SBC, cidade com a maior incidência e 56 famílias em RGS, a menor incidência da região.

1.5 Conclusão do capítulo

Neste capítulo foi demonstrado que o processo de urbanização do ABC cresceu de forma exponencial durante os séculos XIX e XX sempre atrelado ao

crescimento econômico da metrópole paulista, mas este crescimento teve como consequência uma grande desigualdade econômica, habitacional e de acesso aos serviços públicos para a população. A Igreja no ABC sempre buscou adaptar à realidade do povo, aplicando o magistério da igreja universal a partir dos desafios regionais. Atualmente, o ABC se caracteriza por uma região com contrastes marcantes: uma realidade em que poucos quilômetros separam mundos opostos. Atenta a este novo horizonte, a Diocese de Santo André busca ser uma Igreja que sai em missão em direção às periferias existenciais e geográficas, acolhendo a todos os habitantes do ABC.

2 Julgar: os desafios da evangelização em ambientes urbanos

2.1 Objetivo do capítulo

No segundo capítulo, dando sequência ao método ver-julgar-agir, serão retratados os desafios da evangelização em ambientes urbanos, organizados em três grupos: pluralidade cultural e religiosa, estruturas eclesiais ineficientes e sociedade da indiferença e do isolamento. Para realizar esta análise utilizaremos os documentos do Concílio Vaticano II, do CELAM, da CNBB e da Diocese de Santo André para iluminar os dados coletados nas pesquisas do primeiro capítulo.

2.2 Pluralidade cultural e religiosa

No capítulo anterior foi possível perceber que o processo de urbanização do ABC não foi planejado, muito ao contrário, o desenvolvimento da região ocorreu como consequência das mudanças históricas e econômicas da capital paulista. A população local se constituiu a partir das migrações, em um movimento de mescla, ruptura e ressignificação das tradições dos antepassados, gerando uma sociedade plural. Como escreveu Elias Wolff, a migração do campo para cidade não é apenas uma mudança geográfica:

Trata-se da passagem de uma civilização à outra, de uma época histórica à outra, uma vez que na cidade, tudo é diferente e tudo está por fazer: conseguir um terreno, construir um barraco, buscar um trabalho, aprender o mecanismo urbano, enfim, descobrir onde encontrar aquilo de que eles tem necessidade (Wolff, 2024, pág. 34).

Esta nova realidade pluricultural foi apresentada como um desafio já no CV II. Apesar da evangelização de ambientes urbanos não ter sido abordada explicitamente, é notória a preocupação do concílio com a nova realidade urbana. “O concílio não considerou a questão urbana como um tema em si. O tema aparece como uma das características de um mundo em transformação” (Portella Amado, 2024, p.16).

Na constituição *Gaudium et Spes* o concílio apresentou a problemática da mudança cultural como um dos principais aspectos da transformação social. Este elemento marcou as investigações da Igreja sobre a evangelização de ambientes urbanos nas décadas seguintes, tornando-se um tema relevante na teologia da pastoral urbana.

As condições de vida do homem moderno sofreram tão profunda transformação no campo social e cultural, que é lícito falar duma nova era da história humana. Novos caminhos se abrem assim ao progresso e difusão da cultura, preparados pelo imenso avanço das ciências naturais, humanas e sociais, pelo desenvolvimento das técnicas e pelo progresso no aperfeiçoamento e coordenação dos meios de comunicação (GS 54).

A respeito desta mudança cultural, o CELAM, no Documento de Puebla, preocupou-se em advertir sobre o perigo do crescimento dos centros urbanos para a cultura dos povos latino-americanos, que as ameaçava de eliminação. (cfr. ns.415-416).

No DPb a pluralidade foi apresentada como um grande desafio para a evangelização, pois obrigava a Igreja a abandonar esquemas missionários e pastorais pré-definidos e seguros, para assumir uma atitude criativa, dialógica e atenta aos sinais dos tempos.

Na segunda conferência do CELAM, em 1968 na cidade de Medellín, o documento final já evidenciava a mudança social provocada pela urbanização e a assumia como um processo irreversível no continente.

Há um processo de transformação cultural e religiosa. A evangelização do continente experimenta sérias dificuldades que se vêm agravando face à explosão demográfica, às migrações internas, às modificações socioculturais, à escassez de pessoal apostólico e à deficiente adaptação das estruturas eclesiais. Hoje, entretanto, as próprias transformações do continente exigem uma revisão dessa pastoral, a fim de que se adapte à diversidade e pluralidade culturais do povo latino-americano (DMd VI, 1).

Este tema permeou não somente os documentos do CELAM, mas também se tornou presente nos documentos da CNBB. Por exemplo, quase 50 anos depois de Medellín, a CNBB publicou o Documento 105, Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade (Doc.105). Este texto contou com uma seção sobre “o mundo globalizado” onde destacou-se a cultura do consumo e o individualismo como duas ameaças à sociedade contemporânea:

A cultura urbana, em sua essência uma cultura de consumo, centrada na oferta de produtos sempre mais individualizados, inclui de modo desigual todos os indivíduos nas ofertas do mercado de produtos, os mais diversos, e faz do ato de consumir um valor almejado por todos (Doc.105, n.68, e). Esse regime [o mundo globalizado] inclui em sua lógica o indivíduo, com seu desejo humano que busca satisfação nas práticas de consumo. A “alma do mercado” entra na alma humana, criando um círculo vicioso que inclui de maneira perversa mais diferentes condições de vida coletiva e individual (n.72).

Tomando o ABC como exemplo, percebemos que há duas raízes culturais proeminentes: a nordestina e a europeia. Nas comunidades paróquias observa-se a influência destas duas culturas, que em maior ou menor grau se impõem,

ou se mesclam. Ao mesmo tempo a cultura do consumo rompe o processo de transmissão dos valores entre as gerações. Isto se torna um desafio na *práxis* pastoral, principalmente quando se opta por impor um, ou outro modelo de ação pastoral sem partir da análise da realidade local.

Tendo consciência deste desafio, para a construção da constituição sinodal e do oitavo plano em 2019, a Diocese encomendou à USCS uma pesquisa de campo sobre o perfil socioeconômico e religioso do ABC. Esta pesquisa demonstrou a drástica mudança no perfil religioso na região e a realidade da desigualdade entre seus habitantes, possibilitando à Igreja compreender a realidade urbana em que ela estava inserida.

A concentração industrial provocou um intenso fluxo migratório para nossa região. Todo fenômeno de migração implica uma mudança de paradigma para aqueles que se deslocam, pois fragiliza suas referências. Desse modo, a vida em meio a um ambiente cultural, econômico, político diferente pode suscitar uma rápida readequação de modelos, como a prática religiosa nos meios rural e urbano (de cunho devocional para uma dimensão mais engajada) (n.27).

Outra faceta deste desafio, é a pluralidade religiosa dentro das famílias. Como visto no 1º capítulo, no ABC, menos da metade dos habitantes se declara católico. Este fenômeno se reproduz dentro das famílias, sendo muito comum que entre membros que habitam a mesma residência haja duas ou três religiões diferentes. “Na sociedade urbana contemporânea, ao menos no chamado ‘Ocidente Cristão’, o indivíduo *escolhe* sua religião, sem depender mais da ‘tradição’ de forma mais exclusiva, como nas sociedades pré-modernas” (Ceris, 2002, pág. 253).

Referindo-se ainda à cultura, destaca-se também o desafio da desigualdade econômica que gera cidades invisíveis dentro das cidades reais. Estes agrupamentos surgem como guetos, não tanto separados por linhas geográficas, mas por linhas de acesso à educação, lazer, serviços básicos, moradia digna, transporte etc.

Este fenômeno não é uma novidade para a ação pastoral da Igreja, já no início da década de 1980, o Doc.15 da CNBB também evidenciou que um dos graves problemas da urbanização eram as precárias condições de vida dos moradores das periferias das grandes cidades. Este tema foi amplamente abordado no Documento 23: Solo Urbano e Ação Pastoral de 1982 (Doc.23), onde a conferência preocupou-se em denunciar o crescimento da desigualdade social: “a ocupação do solo urbano para fins habitacionais é precária e tende a

piorar em virtude do ritmo de crescimento da população urbana” (Doc.23, n.13). “Os bairros pobres e distantes das periferias urbanas têm de esperar mais tempo, muitos anos e até décadas, para receber os benefícios dos serviços urbanos essenciais” (n.27). Neste documento a CNBB também definiu as favelas como “um pecado social” (n.148) e argumentou que as ocupações irregulares em áreas de risco e distantes dos centros urbanos eram a “saída encontrada pelos pobres para resolver a questão da moradia” (cfr. n.44).

Sendo o cristianismo uma religião essencialmente comunitária, a tarefa primordial de unir os fiéis em assembleia se torna uma tarefa árdua devido estas barreiras sociais que existem entre os fiéis do território paroquial, também devido ao tempo que muitos fiéis gastam nos deslocamentos, ou devido aqueles que precisam voltar para casa mais cedo por habitarem em locais inseguros, ou ainda devido ao grande números de profissionais liberais cujas jornadas podem passar de 16 horas diárias.

Ademais, esta nova realidade de profissionais autônomos tornou-se um entrave para a pastoral urbana. Analisando no 1º capítulo a história da urbanização do ABC e a história da sua evangelização, tornou-se nítida a identificação da atuação pastoral com as questões operárias durante o século XX. O que fez florescer no ABC a Teologia da Libertação como um modo de ser predominante da Igreja Local. Atualmente, devido a esta grande maioria de profissionais liberais ou informais, muitas das categorias teológicas de outrora não se enquadram mais aos questionamentos que a realidade apresenta. “Os paradigmas religiosos, políticos e sociais que nos parecem úteis na metade do século passado para entender as pessoas da América Latina, hoje se encontram deslocados e são substituídos progressivamente por um novo paradigma, o cultural” (Bravo, 2014, pag. 149).

2.3 Estruturas eclesiais deficientes

O processo histórico de evangelização do ABC reflete o modelo de Igreja urbana que o teólogo José Comblin evidenciava no livro Teologia da cidade: “As paróquias urbanas não passam de paróquias rurais transladas à cidade. Sua estrutura nasceu das necessidades e situações do mundo rural medieval. As cidades tomaram, na Igreja, a forma de arquipélagos de povoações, apenas mais agrupados que no campo” (Comblin, 1991, pág. 14). Estas estruturas

anacrônicas já não respondem de modo eficiente às necessidades da ação pastoral.

Antes da realização do CVII o CELAM, já em sua primeira conferência no Rio de Janeiro (DRJ), em 1955, já expressou no documento final a preocupação pelas transformações sociais que ocorriam.

De um modo especial observamos a profunda e rápida transformação que se verifica nas estruturas sociais da América Latina, devido ao intenso processo de industrialização, e nos preocupa a necessidade de que o pensamento cristão, tão amiúde ausente dela, a esclareça e anime. (DRJ, p.24).

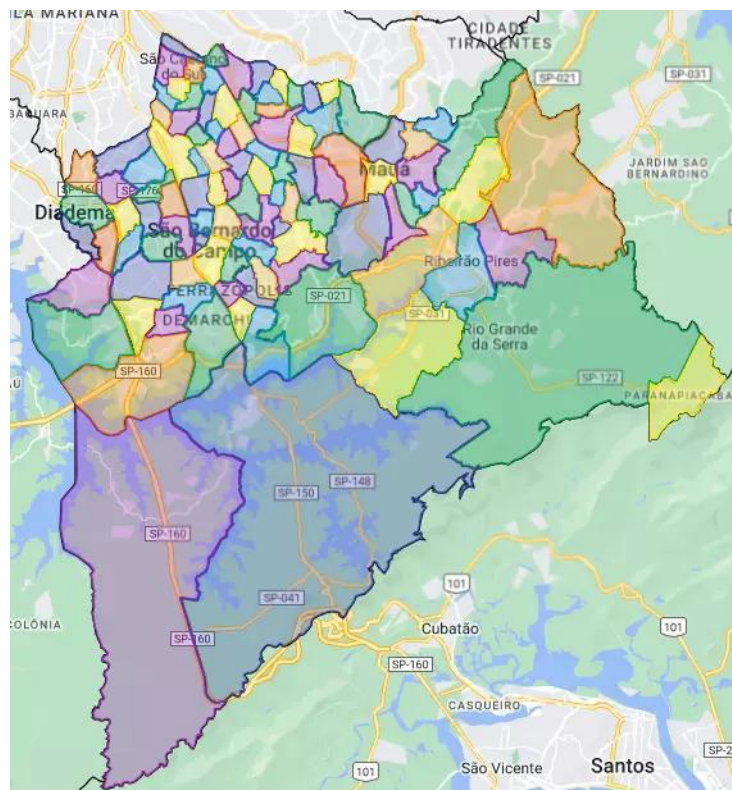
O DRJ também alertou a respeito da desigualdade social na realidade latino-americana: “O Panorama social que apresenta o Continente Latino-Americano nos permite advertir que, não obstante a multidão de bens que a providência tem depositado nele para benefício de seus povoadores, nem todos desfrutam de tão rico tesouro” (p.23). Entretanto, a preocupação do CELAM concentrou-se no atendimento pastoral das populações rurais como ficou evidenciado nas propostas de ação do documento final.

a) administrar aos sacerdotes desde o período do seminário profunda preparação sobre os problemas da vida no campo; b) dar impulso àquelas formas específicas de apostolado paroquial que melhor permitam chegar aos fiéis espalhados nos campos, distantes do centro da paróquia, como por exemplo: centros paroquiais agrupados em capelas rurais; reuniões separadas de catecismo, tanto para crianças como adultos, dando lições durante a semana, e servindo-se também da ajuda do rádio; frequentes missões rurais, Ação Católica e social-católica rurais, com a formação de agentes especializados; c) preocupar-se não só com a cura espiritual e moral dos camponeses, mas também em colaborar do melhor modo possível para a elevação de suas condições de vida e trabalho, empregando os meios que concretamente pareçam possíveis e oportunos, entre os quais se recordam, por exemplo, todas as iniciativas aptas para a formação profissional (p.54).

Nota-se que, tanto o CELAM como a CNBB, não foram capazes de perceber a drástica mudança que estava iniciando-se na década de 1950. Esta reação tardia fica evidente ao compararmos a distribuição geográfica das paróquias no ABC. Enquanto as regiões próximas à linha ferroviária e ao antigo caminho do mar – cujo povoamento ocorreu primeiro na região – apresentam territórios paroquiais pequenos, com nenhuma, ou poucas comunidades, as periferias que surgiram entre a década de 50 e 70 apresentam paróquias formadas por até uma dezena de comunidades, espalhadas por territórios as vezes maiores do que algumas cidades do próprio ABC. No mapa a seguir, destaca-se as paróquias ao sul da diocese (da esquerda para a direita, S. Maximiliano Kolbe, S. João Batista e S. Sebastião) cujos territórios são maiores do que as cidades de São Caetano e Diadema. A reação da Igreja não foi capaz

de acompanhar o crescimento da população, e as periferias foram em muitas regiões desassistidas por muitos anos.

Mapa das paróquias da Diocese de Santo André



Diocese de Santo André

Ainda mais, não raro, muitas comunidades, devido ao processo não ordenado de urbanização, são tão próximas umas das outras, ou tão distantes da matriz paroquial, que se torna difícil a vivência paroquial, pela falta de sentimento de pertença à comunidade paroquial ou a participação dos fiéis em mais de uma comunidade.

A pesquisa da USCS encomendada pela Diocese para construção da constituição sinodal também indicou esta atuação deficitária da Igreja nas periferias como uma das causas da diminuição da porcentagem de católicos:

Para além dos centros urbanos mais antigos, onde a presença da Igreja se mostrou mais abrangente, o veloz inchaço populacional em lugares afastados e antes desabitadas, criou imensas periferias, dificultando a ação por parte da Igreja; ao contrário de outras denominações religiosas, que, por possuírem uma estrutura mais flexível, foram mais ágeis (n.34).

Outro fator que demonstra essa reação morosa da Igreja foi que apenas na terceira conferência ocorrida em 1979 na cidade de Puebla (DPb), a

problemática da evangelização de ambientes urbanos deixou de ser apenas uma preocupação e transpassou todo o documento final. Neste documento o episcopado latino-americano expressou claramente sua preocupação com a situação emergencial do rápido crescimento dos centros urbanos:

O crescimento demográfico excedeu a capacidade que a Igreja tem, presentemente, de levar a todos a Boa Nova. [...] Os ministros da Palavra, as paróquias e outras estruturas eclesiais são insuficientes para satisfazer à fome de Evangelho sentida pelo povo latino-americano (DPb n. 78).

Atualmente, outro fator preponderante deste desafio são as exigências administrativas que sobrecarregam a jornada dos sacerdotes atrapalhando o andamento das atividades pastorais. O pároco tem a responsabilidade de gestor administrativo, o que lhe obriga a ocupar boa parte de seu tempo com atividades que não são diretamente relacionadas ao pastoreio dos fiéis. Como consequência, as atividades pastorais, atendimentos, visitas aos enfermos e enlutados, atividades formativas etc. precisam se adequar à disponibilidade do pároco, que muitas vezes não condiz com o ritmo de vida dos seus paroquianos. Esta dissonância torna a pastoral burocrática e muitas vezes impessoal. “O próprio trato da pastoral a partir das secretarias já expressa um contexto descompassado do mundo urbano. As secretarias precisam existir, mas o acolhimento não pode ter a burocracia como primeiro ou mais importante aspecto” (Guimarães, 2024, pág. 25).

Este peso das estruturas físicas, a pastoral burocrática e impessoal, contradizem a experiência das primeiras comunidades cristãs, cujos membros se conheciam, se estimavam ao ponto de se tratarem como irmãos. Como se tivesse sido engessada, a estrutura paroquial perde seu caráter missionário, e sua atuação pastoral torna-se uma pastoral de manutenção, lutando para manter o atendimento daqueles que já pertencem à comunidade.

Enfim, nossas estruturas paroquiais estão organizadas para a realização do culto, para ministrar catequeses, para dar suporte à quermesse e outras festas, entretanto, não favorecem a criação de vínculos, a vida comunitária e o atendimento pastoral personalizado, seja pelo sacerdote, seja pelos agentes de pastoral. Nossas paróquias no ambiente urbano carecem da conversão pastoral de suas estruturas, reivindicada no documento 100 da CNBB e no documento de Aparecida.

2.4 Sociedade do isolamento e da indiferença

Na pesquisa realizada para elaborar o primeiro capítulo desta monografia saltou aos olhos a alta incidência de suicídios no ABC, maior do que a média nacional, e maior do que o número de mortes violentas. Além disso, segundo as prefeituras regionais, houve um aumento da procura por cuidados com a saúde mental, entre 2023 e 2024, passando de 140,9 mil para 143,3 mil atendimentos⁸.

Estes dados são sintomas da trágica situação do ser humano urbano moderno. A cidade permite nos relacionarmos de formas nunca vistas. As teias de relações dentro de uma cidade podem estender-se infinitamente, ainda mais com a utilização das mídias sociais. Contudo, vivemos o paradigma da sociedade interconectada que não cria laços entre seus membros.

Esta mudança social preocupa a Igreja desde o final do século passado. Nas DGAE 2003-2006 (Doc.71) onde a CNBB indicou o surgimento das “Megalópoles” que traziam novos desafios para a Igreja, destacou-se a diminuição da “solidariedade” no ambiente urbano, a violência urbana e a criminalidade que criam um clima de medo. A conferência também chamou a atenção para “o enfraquecimento da família, a diluição da vida comunitária e a violência acentuam o isolamento e a incerteza, gerando desconfiança e medo nas relações cotidianas dos cidadãos” (n.112).

Este fenômeno tornou-se um entrave para a evangelização, pois somos uma religião de vínculos, não uma espiritualidade intimista. Partindo do modelo trinitário onde as três pessoas se manifestam como uma “comunidade de amor”, o evangelho se torna real quando nos amamos uns aos outros como Deus nos ama (Jo 15, 12). Todavia, no ABC, segundo a pesquisa realizada pela USCS em 2016, a grande maioria dos fiéis que participavam das missas dominicais não se sentiam parte da comunidade paroquial. Este dado foi corroborado pela pesquisa realizada em 2025 nas paróquias do ABC, para a construção do nono plano pastoral.

Constatou-se na pesquisa que há uma quantidade considerável de pessoas que frequentam templos distantes de suas casas, inclusive mudando de municípios para esta participação, reflexo do fenômeno metropolitano da conurbação (misturar

⁸ Cf. matéria no jornal Reporte Diário, de 25 de janeiro de 2025, disponível em <https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3572994/busca-por-saude-mental-cresce-no-abc-com-aumento-de-23-mil-atendimentos/>

idades) onde não se consegue distinguir uma cidade da outra (Diocese de Santo André, 2018, nº.36).

Segundo a pesquisa, este fenômeno ocorria principalmente pela identificação dos fiéis com um sacerdote específico, ou com o sentimento de acolhida numa comunidade (cfr. n.38).

Atualmente também, muitos de nossos paroquianos se relacionam com nossas comunidades como se elas fossem uma rede de *fast food*, ou como supermercados, aos quais se recorre para abastecer-se do necessário, sem, contudo, haver uma transformação real em suas vidas, muito menos um compromisso de vivência comunitária da fé.

O tempo do cidadão é balizado pela necessidade imediata de sobrevivência, fato esse que, muitas vezes, o impedem do encontro, do diálogo, da troca e, como já citado, de uma reflexão individual própria sobre o ser e o estar no mundo. O homem moderno aprisiona-se na solidão das multidões, porém, nem mesmo essa solidão traz consigo algum tipo de reflexão, contemplação ou espiritualidade (Fontana, 2018, pág. 22).

Outro fenômeno paralelo ao isolamento, é a indiferença com relação à religião. No ambiente urbano, devido à pluriculturalidade, as tradições, valores, laços parentais, memórias etc. não tem a mesma importância que tinham no mundo rural. “A mentalidade urbana atual se caracteriza por atribuir predomínio ao individual sobre o grupal, familiar ou institucional. Ela é plural, permitindo e mesmo estimulando as mais diversificadas formas de compreender e viver a vida inclusive no âmbito religiosos” (Amado, 2022, pag. 22). Esta diminuição da importância da religião na vida do indivíduo urbano o conduz à relativização deste aspecto, que culmina no abandono das práticas religiosas, das comunidades e até da identificação com uma religião. Isto ocorre também devido as inúmeras outras atividades que reclamam seu tempo livre.

Já no CV II, no decreto *Ad Gentes* sobre a evangelização, a Igreja chamava a atenção para o fenômeno dos grandes agrupamentos da humanidade, onde muitos homens permaneciam alheios à fé da Igreja, ou a negavam.

...dois bilhões de homens, número que cresce de dia para dia, em grandes e determinados agrupamentos, unidos por laços estáveis de vida cultural, por antigas tradições religiosas, por estreitos vínculos de relações sociais, ou ainda não receberam a mensagem do Evangelho, ou mal ouviram falar dela; dentre eles, uns seguem alguma das grandes religiões, outros permanecem estranhos ao conhecimento de Deus, outros negam expressamente a sua existência, ou até mesmo a atacam. A fim de poder oferecer a todos o mistério de salvação e a vida trazida por Deus, a Igreja deve inserir-se em todos esses agrupamentos, impelida pelo mesmo movimento que levou o próprio Cristo, na encarnação, a sujeitar-se às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu (AG 10).

Atualmente, é preciso também dar uma resposta para uma nova faceta deste desafio: um estágio anterior à indiferença é fenômeno dos cristãos *desigrejados*, pessoas que se identificam como cristãs, mas não reconhecem a necessidade de estar vinculados a uma comunidade, ou participar de alguma forma de culto oficial. Estes “*cristãos lights*” muitas vezes buscam nas redes sociais vivenciar uma espiritualidade intimista e mística, que substitua a presença numa comunidade (cf. Bilhalva, 2020, pág. 15). Este fenômeno se intensifica em ambientes urbanos, como o ABC, devido à proximidade das paróquias e outras denominações cristãs. Muitas vezes por se identificarem com um sacerdote, ou com uma forma de celebração, ou ainda, por alguma desavença dentro de uma determinada comunidade, as pessoas circulam entre as igrejas, sem pertencer a nenhuma delas. Participar ou não de alguma comunidade, ou frequentar algum culto de modo regrado se tornam dispensáveis.

Outra característica do fenômeno do isolamento das grandes cidades é a verticalização: “a mensagem de Cristo precisa, hoje, agendar visitas, convencer porteiros e vigias, passar por portões, alarmes e cercas elétricas. Atravessar portas intermediárias e estar atenta para não se perder nos labirintos de certos edifícios ou condomínios” (Fontana, 2018, pág. 5). Seja por medo da violência, especulação imobiliária, facilidade de compra de apartamentos pelo programa federal *Minha Casa Minha Vida*, estilo de vida ou outros fatores, no ABC, o processo de verticalização se acentuou na última década, transformando a realidade de muitos bairros, onde casas de operários deram lugar à torres de apartamentos.

Com relação à verticalização, o documento de Aparecida alertou sobre a dificuldade de formar grupos em edifícios: “nas grandes cidades, vizinhança geográfica não significa necessariamente partilha de vida. Geralmente, quem menos se conhece é o vizinho de porta” (n.249).

Em alguns territórios paroquiais do ABC centenas de novas famílias não se integraram à comunidade e muitas vezes não criaram sequer um vínculo com a vida social do seu bairro, apenas utilizando sua moradia como dormitório. Este fenômeno acentuou-se como sequela da pandemia de COVID19, quando muitos profissionais passaram a trabalhar desde suas residências, e o *e-commerce*, como a entregas de refeições, tornaram-se habituais. Na nova realidade urbana é

muito comum que os moradores de um bairro desconheçam a localização da sua matriz paroquial, ou capela mais próxima, mesmo habitando ali há muitos anos. Estamos com as portas de nossos templos abertas esperando que nossos paroquianos saiam de suas cidadelas, enquanto cada vez mais muros e grades se levantam.

2.5 Conclusão do capítulo

Neste capítulo demonstrou-se o descompasso entre a ação pastoral e as características do mundo urbano. A realidade urbana, como no nosso exemplo o ABC, apresenta grandes desafios, nascidos das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas. Muitos paradigmas do mundo rural ainda são as referências que norteiam as ações evangelizadoras, e as nossas estruturas paroquiais não proporcionam a criação de vínculos entre seus fiéis, tão importantes para a vivência da fé cristã. Urge uma renovação da *práxis* cristã no ambiente urbano, como o magistério apresenta em seus documentos, para que o evangelho seja anunciado, alcançando a todos os habitantes de nossos territórios paroquiais.

3: Agir: propostas de ações pastorais para a evangelização em grandes centros urbanos.

3.1 Objetivo do capítulo

Neste último capítulo, serão apresentadas propostas de ações pastorais, distribuídas em três eixos: comunidades de comunidades, Igreja em saída e evangelização a partir da realidade urbana. Estas propostas serão baseadas nos documentos do CELAM, da CNBB e da Diocese de Santo André, e serão utilizadas como exemplo algumas ações realizadas pela Diocese de Santo André. O Objetivo deste capítulo será proporcionar modelos de evangelização que possam dar uma resposta mais eficaz aos desafios atuais.

3.2 Comunidades de comunidades

A primeira proposta pastoral para enfrentar o desafio da evangelização no ambiente urbano são as pequenas comunidades dentro do território paroquial. Em dois momentos na história do ABC destacaram-se a força das pequenas comunidades no processo de evangelização. Primeiro, na segunda metade do século XIX, quando os imigrantes europeus povoaram a região, em cada nova vila que surgiu a comunidade organizou-se para levantar sua capela e suas estruturas pastorais, que depois, com o passar do tempo, se tornaram as paróquias das regiões centrais. O segundo momento, na segunda metade do século XX, quando os migrantes de outros estados ocuparam as regiões periféricas de nossas cidades, através das CEBs a Igreja organizou-se pastoralmente para atender a população que aumentava rapidamente. E muitas destas pequenas comunidades se organizaram para construir suas capelas que formam hoje a maioria de nossas paróquias.

A criação das CEBs no ABC teve como guia o Documento de Medellín, onde surgiu este conceito. E foram apresentadas como proposta como uma resposta pastoral para as dificuldades da Igreja no continente latino-americano. Apesar de terem sido denominadas apenas como “Comunidades Eclesiais”, contudo, já tiveram seu modelo constitutivo explicitado:

Procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos. Comunidades que se devem basear na Palavra de Deus e realizar-se, enquanto seja possível, na celebração eucarística, sempre em comunhão e sob a dependência do bispo. (DMd VI, 13). É necessário que as pequenas comunidades sociológicas de base se

desenvolvam para o estabelecimento de um equilíbrio diante dos grupos minoritários, que são grupos que detêm o poder. (I, 20).

Na esteira da conferência de Medellín, o Documento de Puebla defendeu a implantação das CEB's – “Cada dia faz-se mais necessária a multiplicação de pequenas comunidades territoriais ou ambientais para responder a uma evangelização mais personalizante” (n.111) – e também surgiu neste documento o conceito de “Pastoral Urbana”, uma ação coordenada da Igreja, pensada para a nova realidade continental: “[A Igreja na América Latina] Dará importância para a pastoral urbana com a criação de novas estruturas eclesiais que, sem desconsiderar a validade da paróquia renovada, permitam afrontar a problemática que apresentam as enormes concentrações humanas atuais” (n.152).

Em dado momento, devido à diminuição da migração e a estagnação do crescimento populacional, como também a redução do número de CEBs na região, a ação missionária da Diocese de Santo André arrefeceu, ao ponto que se tornou uma das prioridades do oitavo plano diocesano em 2019. Atualmente a Diocese fomenta a setorização paroquial como o passo fundamental para transformar as paróquias em comunidades de comunidades.

A setorização representa uma nova fase no esforço evangelizador da igreja, necessária para o atual momento. É uma metodologia que tem como objetivo a construção, consolidação e animação de comunidades de fé no interior do território paroquial, para que todo o território sinta o abraço do Cristo, o Emanuel (Diocese de Santo André, 2024, pág. 127).

Entretanto, esta ação ainda não atingiu a maioria das paróquias, e enfrenta o desafio de evoluir de uma organização apenas geográfica para um modelo comunitário e missionário. No ambiente urbano a setorização precisa apoiar-se no protagonismo laical para vencer as barreiras que o ritmo de vida impõem. Nos condomínios, onde geralmente não são permitidos reuniões de caráter religioso nos ambientes comuns, uma sala de apartamento pode substituir uma sala de catequese ou de formação. Nos bairros distantes da matriz paroquial, uma garagem, um salão de cabeleireiro, ou outro pequeno comércio, podem tornar-se a capela onde a comunidade se reúne para celebrar a Palavra ou planejar suas ações missionárias. “...haverá então, pequenos grupos que poderão ser formados por moradores de um edifício, mas haverá também pequenos grupos que poderão se formar com moradores de locais distintos e mesmo distantes” (CELAM, 2010, nº 250).

Como defendia Comblin, “a Igreja local é em si uma comunidade sobrenatural cujos vínculos são invisíveis. Mas necessita de armadura visível, unidade de estrutura visível que subentenda a comunidade invisível” (Comblin, 1991, pág. 241). A evangelização no ambiente urbano deve apoiar-se nesta premissa. O templo paroquial deve ser o centro de evangelização, e também o ponto de comunhão entre a Igreja Universal e a comunidade local. O processo de criação das pequenas comunidades deve seguir um modelo de multiplicação e discipulado, que fortaleça o sentimento de pertença ao povo de Deus, proporcionando ações missionárias que alcancem aqueles que desconheçam o evangelho, ou que devido ao seu ritmo de vida não conseguem participar das atividades ordinárias da paróquia. “A presença nas manifestações massivas da piedade popular nos santuários e a organização em pequenas comunidades são formas de cultivar a pertença à Igreja de modo afetivo e efetivo” (Galli, 2022, pág. 178).

Em paralelo à criação das pequenas comunidades, a Igreja deve investir na formação do laicato, como tem feito a Diocese de Santo André, com a criação dos polos forâneos de formação, ampliando o acesso dos leigos ao conhecimento teológico qualificado. No ambiente urbano é imprescindível um laicato formado e capaz de se organizar para multiplicar as ações paroquiais, além das estruturas físicas. Ademais, a formação proporciona o acesso dos fiéis ao magistério, promove a melhor compreensão das Sagradas Escrituras e uma espiritualidade encarnada no cotidiano. Assim, se combate a tendência ao clericalismo, a centralização da ação pastoral concentrada na ação dos sacerdotes e religiosos e a tentação do fechamento das comunidades num processo que pode conduzir ao sectarismo.

Uma cidade deve poder pôr à disposição dos cristãos tantas assembleias litúrgicas quantas foram necessárias para responder às necessidades de renovação do silêncio, de recolher-se em comunidade. Sua distribuição no tecido da cidade depende das necessidades que tenha que satisfazer. Não há nenhum sentido em querer vincular os cidadãos a tal Igreja determinada, a tal grupo chamado abusivamente de comunidade paroquial (Comblin, 1991, pág. 239).

Por fim, nas pequenas comunidades, a Igreja se torna capaz de sanar o drama do anonimato de seus fiéis. Nas reuniões com poucas pessoas há tempo para partilhar as tristezas e alegrias do cotidiano, sentindo-se percebido como um entre iguais. No ambiente urbano, em que as relações se tornam reguladas pelas exigências sociais de cargos, classes e ideologias, a pequena comunidade

permite que todos sejam acolhidos como irmãos e experimentem o amor redentor de Jesus Cristo.

3.3 Igreja em saída

A evangelização no ambiente urbano é possível apenas a partir da conversão pastoral, que exige uma “mudança de estruturas e métodos eclesiais, mas principalmente depende da conversão dos agentes, dos presbíteros, dos religiosos e dos cristãos leigos para um discipulado missionário mais concreto” (Brustolin, pág. 127).

Esta proposta foi amplamente trabalhada no Documento de Aparecida, onde o CELAM insistiu na renovação das paróquias para que todos os fiéis se tornem discípulos missionários. Esta missionariedade não é entendida na perspectiva *ad gentes*, mas sim *ad intra*, voltada principalmente para os batizados que não participam da comunidade eclesial, e daqueles indiferentes à fé.

A V Conferência Geral é uma oportunidade para que todas as nossas paróquias se tornem missionárias. O número de católicos que chegam a nossa celebração dominical é limitado; é imenso o número dos distanciados, assim como o número daqueles que não conhecem a Cristo. A renovação missionária das paróquias se impõe, tanto na evangelização das grandes cidades como do mundo rural de nosso Continente, que está exigindo de nós imaginação e criatividade para chegar às multidões que desejam o Evangelho de Jesus Cristo. Particularmente no mundo urbano é urgente a criação de novas estruturas pastorais, visto que muitas delas nasceram em outras épocas para responder às necessidades do âmbito rural (n.173). A conversão pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária (nº. 370).

Nas DGAE 2008-2010, (Doc.87), influenciada pelo DAp, a CNBB orientou que “cada diocese será uma ‘comunidade missionária’ à medida que não fortalecer apenas sua consciência missionária, com gestos concretos de ida ao encontro dos outros, mas também responder aos grandes problemas da sociedade onde se encontra, considerando a cultura urbana” (Doc.87, n.9).

As seguintes DGAE 2015-2019 (Doc. 102), que tiveram também muita influência da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, a CNBB apresentou cinco urgências na evangelização para que a proposta do Evangelho chegasse à variedade de contextos culturais, entre eles sobressaindo a cultura urbana (cf. Doc.102, n.34). Segundo as DGAE, a Igreja deveria ser uma “Igreja em saída convocada para superar uma pastoral de mera conservação ou manutenção

para assumir uma pastoral decididamente missionária, numa atitude que é chamada de “*conversão pastoral*” (n.30).

Para fomentar esta mudança pastoral, no oitavo plano diocesano, a Diocese de Santo André assumiu a missão como prioridade. Dentre as ações pleiteadas duas são destacadas como exemplo da transformação em uma Igreja em saída: A criação do subsídio diocesano Acolhida e Missão, e a criação dos conselhos missionários paróquias. Ambas ações organizadas para tornar as paróquias comunidades que “sabem tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos” (EG 24).

Como Igreja em saída, a Igreja local deve ter coragem de abrir-se à criatividade do Espírito, indo além do que as estruturas pastorais tradicionais oferecem. “Uma Igreja sinodal em saída multiplica caminhos para acompanhar aos relegados da atenção pastoral ordinária” (Galli, pág. 186). No ABC por exemplo, implantou-se em 2021 o Apostolado *Courage*, um apostolado da Igreja Católica, que oferece apoio espiritual a homens e mulheres que sentem atração pelo mesmo sexo e que tenham escolhido viver uma vida casta.⁹ Outro exemplo foi a criação do Vicariato para Caridade Social, que organiza e articula os diversos movimentos e pastorais sociais diocesanas, no intuito de promover não apenas a assistência aos marginalizados, mas a evangelização das pessoas não alcançadas pelas estruturas paroquiais tradicionais. Dentre estes movimentos estão as clínicas de acolhimento e reabilitação de dependentes químicos, setor inclusão, atendimento ao povo em situação de rua, pastoral do migrante, pastoral carcerária, pastoral da sobriedade etc.

Outra conversão da Igreja precisa ser da atenção e da disponibilidade. Na grande cidade o templo paroquial deve ser um oásis onde os peregrinos encontram descanso espiritual, atenção e até “primeiros socorros”. Na Diocese de Santo André criou-se a pastoral da escuta, que através de leigos preparados, ampliou o atendimento aos fiéis necessitados de aconselhamento ou que apenas precisem de alguém que os escute.

⁹ Cf. A matéria publicada na página web da Diocese, disponível em <https://diocesesa.org.br/2021/07/conheca-o-apostolado-courage-e-saiba-como-participar-da-iniciativa-na-diocese-de-santo-andre/>

Ainda a respeito da disponibilidade, a Igreja presente no ambiente urbano – principalmente nas megalópoles como a Grande São Paulo – precisa ter a capacidade de moldar sua pastoral de acordo ao tecido urbano. Por exemplo, nas cidades de São Caetano e Santo André, como explicitado no primeiro capítulo, a maior parte da população tem mais de 40 anos, e uma grande parte dos profissionais são autônomos, tendo mais flexibilidade nos horários laborais e a possibilidade de trabalhar remotamente. Nestas cidades muitas paróquias têm oferecido celebrações no período da tarde, ou no horário do almoço, pois o horário noturno costumeiro já não se adequa ao ritmo de vida de seus paroquianos ou muitos deixam de frequentar a paróquia após o entardecer devido as ameaças da violência urbana.

Por fim, como exemplo de conversão para uma Igreja em saída, destaca-se o já citado esforço que a diocese de Santo André tem realizado para criar os COMIPAs, conselho paroquiais que buscam trazer de volta o caráter missionário para as comunidades. Este é o primeiro passo para que a comunidade paroquial assuma a missão como essência de sua presença no meio urbano.

3.4 Evangelização a partir da realidade urbana

A renovação pastoral da Igreja no meio urbano, “mais do que inventar uma pastoral urbana, trata-se de redescobri-la, porque ela tem dois mil anos [...] Paulo introduz a passagem do púlpito para a praça, conferindo cidadania pública e cultural ao discurso cristão” (Mendonça, 2024, pág. 139). O cristianismo dos primeiros séculos floresceu no interior dos centros urbanos, esforçando-se para anunciar o evangelho entre as vicissitudes do ritmo de vida e da cultura plural do Império Romano, arriscando-se ainda contra a perseguição. Esta experiência deve iluminar nosso modo de ser Igreja na cidade.

Nosso ABC possui características que a aproximam da cidade de Roma dos primeiros séculos, como a pluriculturalidade, a violência e a desigualdade social. Uma das grandes diferenças entre as duas cidades é o atual predomínio das religiões cristãs. Este é sem dúvida um dos entraves para a conversão pastoral apresentada no Documento de Aparecida. Nossa ação pastoral ainda tem raízes na cristandade e no mundo rural dos séculos passados. “A Igreja está fisicamente nos espaços marcados pela cultura urbana, porém tentando interagir

a partir de uma base cultural com baixos teores de urbanização” (Gomes, pág. 23).

A evangelização precisa ter em conta a realidade circundante para que possa ser eficaz. Isto só é possível através da sinodalidade. No ambiente urbano cada território, diocesano e paroquial, tem suas peculiaridades, além de seus desafios endêmicos. É um erro gravíssimo tentar aplicar um modelo único para todas as paróquias, ou mesmo para os vários bairros dentro de um território. Outro erro é concentrar o planejamento pastoral em uma pessoa, ou grupo reduzido de pessoas, em um movimento descendente, aplicando diretrizes gerais em situações específicas.

Este modo sinodal de ser é bem evidente na atuação da Diocese de Santo André. Como foi apresentado no primeiro capítulo, a Diocese, desde sua origem, pensava e organizava a pastoral desde as bases, buscando compreender a realidade local, promovendo o protagonismo laical, também como medida para evitar o clericalismo e a auto referencialidade.

Já no primeiro plano de pastoral na Diocese, percebe-se o modelo sinodal de ação pastoral. Em 1979, quando ela já contava com 74 paróquias, o texto foi construído a partir da colaboração de centenas de leigos engajados nas comunidades. O texto final evidenciava que o ABC era uma: “região de grande concentração industrial e altamente urbanizada, conta com cerca de dois milhões de habitantes. Por outro lado, é geograficamente a menor diocese do Brasil e caracteristicamente todas as suas paróquias são urbanas” (p.2). No plano também surgiu a identificação do ABC como uma região operária, não como uma região urbanizada. Esta visão norteou a ação pastoral durante as duas décadas seguintes.

Aqui no Grande ABC a classe trabalhadora é formada principalmente por operários de indústrias, correspondendo a 55% da população economicamente ativa. Há ainda os empregados dos transportes, do comércio, dos bancos, e os escriturários em geral, que não tem cargos de chefia, somando todos juntos 27% das pessoas ativas em nossa região. Pode-se calcular que o operariado do Grande ABC chega a 82% da população ativa (p.12).

O plano apresentou ainda uma pesquisa sobre os problemas mais agudos na vida da classe trabalhadora, um interessante aspecto da aplicação da

evangelização de ambientes urbanos que parte da identificação da realidade para definir as ações pastorais.¹⁰

Entretanto, este modo de ser sinodal não esteve presente em toda a história da Diocese. Entre o quarto e o quinto planos, e no plano de evangelização rumo ao novo milênio, nota-se a ausência de referências ao ambiente urbano.

O mesmo ocorre com o sexto plano, que apesar de trabalhar no texto os conceitos de conversão pastoral/conversão pessoal conforme o Documento de Aparecida, também não apresentou referências diretas aos desafios da urbanização, tendo sido construído a partir de uma comissão escolhida, e não mais a partir das bases.

No sétimo plano o texto utilizou citações do DAp 345, e das DGAE 2008-2010 n.26, para falar sobre a pastoral urbana e utilizou o DAp 366 sobre a conversão pastoral, ao tratar da transformação pastoral e missionária da diocese, sem, contudo, acrescentar algum dado relevante.

A sinodalidade retornou à *práxis* da Diocese de Santo André no oitavo plano, que nasceu da primeira assembleia sinodal diocesana. E com mais evidência, ela foi utilizada no processo de construção do nono e atual plano de pastoral, que teve quatro etapas de preparação, partindo de uma pesquisa realizada nas assembleias litúrgicas, passando pelos conselhos paroquiais, depois pelos conselhos foraneos, e enfim, finalizado através de uma assembleia diocesana, contando ainda, durante sua elaboração, com a consulta ao clero diocesano. Este plano foi um excelente exemplo de como evangelizar a partir da realidade urbana.

Ainda tratando-se da questão da sinodalidade, o diálogo é o elemento fundamental para a evangelização no ambiente urbano. É preciso vencer a tentação do fechamento, que transforma as comunidades em verdadeiros feudos, encerradas em muralhas invisíveis, centralizadas no sacerdote e sua corte, servindo-se das assembleias como se fossem seus vassallos e tornando-se praticamente irrelevantes para as cidades. O diálogo deve começar internamente, como faz a Diocese, que obriga as paróquias a constituírem

¹⁰ Os resultados desta pesquisa foram: “salários baixos e muito desiguais, trabalho desumano, desemprego, desvalorização da pessoa do trabalhador, falta de consciência operária e profissional, medo, transportes demorados e superlotados” (p.12).

conselhos pastorais e econômicos que sejam realmente atuantes e tenham poder de decisão. O diálogo deve também crescer entre as comunidades locais, para as ações pastorais possam abrir-se não só aos habitantes do território paroquial, mas também aos peregrinos, pois “quanto mais urbano for um ambiente, mais o espaço se dilata, passando a vigor a regra da multiterritorialidade, em que uma pessoa reside em um espaço, trabalha em outro às vezes muito distante, estuda em um terceiro e possui vínculos de amizade e afeto em um quarto território” (Gomes, 2024, pág. 24). Por fim, este diálogo deve ser franco e aberto para com as demais religiões presentes no território paroquial, como também ONGs e outras entidades públicas ou privadas.

Ademais, sobre o diálogo, a Igreja deve ter coragem de abrir-se à cidade, tomando consciência que elas não podem ser duas realidades distintas e conflitantes, mas, que são chamadas a coexistir oferecendo o que tem de melhor, uma para a outra.

Isto supõe atitude pastoral em conhecimento da cidade, uma vontade de compreendê-la e de aceitar seus desafios. Conhecimento da cidade significa conhecimento da civilização urbana, dos recursos da vida urbana, das comunicações que a constituem e das forças que a põem em movimento. (Comblin, 1991, pág. 235).

Outro aporte para uma evangelização mais coerente com a nova realidade encontra-se no Documento do CELAM de Santo Domingo: a Inculturação do Evangelho no ambiente urbano: “A Igreja deverá inculturar o Evangelho na cidade e no homem urbano discernir seus valores e antivalores; captar sua linguagem e seus símbolos. O processo de Inculturação abrange o anúncio, a assimilação e a re-expressão da fé” (n.256). A Inculturação esteve presente na ação pastoral desde as comunidades primitivas, como por exemplo em Atenas, quando Paulo se apresentou como o que veio anunciar o Deus desconhecido para quem os atenienses já prestavam culto (cf. Atos 17,23). Inculturar o evangelho significa encontrar as sementes do verbo (cf. AG 11) presentes na cultura atual e anunciar o Reino de Deus a partir deste realidade urbana. Pois a Igreja, é, “ao mesmo tempo, comunidade terrena e Corpo Místico de Cristo, assembleia visível e mistério espiritual, realidade inserida na história e povo em peregrinação rumo ao céu” (Leão XIV, 2026). Sua presença na cidade não é acidental, mas essencial.

Na nova realidade, partindo do depósito da fé, confiando na força do Espírito Santo que nos conduz e tendo a coragem lançar a redes para águas mais profundas (Lc 5,4), somos chamados a anunciar que o Reino de Deus está no meio de nós, entre nossas casas ou apartamentos, dentro do trem, nos corredores do shopping, no balcão da pizzaria e em meio a multidão de irmãos que atravessam as avenidas.

3.5 Conclusão do capítulo

Como vimos neste último capítulo os desafios para a evangelização nos ambientes urbanos são consequências da atual mudança de época, que afronta nossas estruturas paroquias e esquemas pastorais tradicionais. A sociedade plural, cada vez mais indiferente e narcisista, precisa ser evangelizada a partir de uma eclesiologia sempre em saída, proporcionando a criação de pequenas comunidades, onde cada fiel se torna um irmão e não um anônimo. Para isso é preciso abrir-se à cidade, conhece-la e amá-la. Este esforço evangelizador exige da Igreja uma profunda renovação de suas estruturas e a conversão dos fiéis, consagrados e sacerdotes, em discípulos missionários, comprometidos com o anúncio do Evangelho, sem medo de deixar para trás a segurança das estruturas desatualizadas.

4. Conclusão

Ao final desta monografia foi possível visualizar a complexa tarefa da evangelização em ambientes urbanos. Tomando como exemplo o Grande ABC Paulista, tornou-se evidente a relação entre o seu processo histórico de urbanização e os desafios contemporâneos da evangelização neste território marcadamente urbano, plural e desigual. A metodologia escolhida, o método ver–julgar–agir, demonstrou que a realidade do ABC não pode ser interpretada apenas como um fenômeno socioeconômico, mas deve ser reconhecida como um verdadeiro *locus theologicus*, no qual Deus continua se manifestando, interpelando a Igreja a discernir os sinais dos tempos e a responder com fidelidade criativa ao Evangelho.

No primeiro capítulo desta monografia, onde realizou-se a etapa do *ver*, através da pesquisa histórica do processo de urbanização em paralelo ao processo de evangelização, demonstrou-se que o desenvolvimento urbano do ABC sempre esteve vinculado às transformações econômicas da capital do estado. Desde a instalação das ferrovias, passando pela industrialização acelerada do século XX, até a recente reconfiguração da economia baseada na prestação de serviços, a região foi moldada por fluxos migratórios intensos, expansão urbana desordenada e profundas desigualdades sociais. A explosão demográfica e a ausência de políticas públicas adequadas de habitação e infraestrutura geraram periferias marcadas pela precariedade, enquanto, em contraste, consolidaram-se áreas com elevado padrão de renda, acesso a serviços e qualidade de vida. Esse crescimento desigual produziu cidades justapostas, nas quais poucos quilômetros separam realidades radicalmente distintas, revelando uma urbanização que, ao mesmo tempo em que produziu riqueza, gerou exclusão estrutural.

Ao mesmo tempo, a história da evangelização no ABC demonstrou uma Igreja que, em diferentes momentos, buscou adaptar-se à realidade do povo, esforçando-se por aplicar o magistério da Igreja universal de maneira na realidade local, a partir da realidade local. Desde as primeiras capelas coloniais, passando pela atuação dos missionários junto aos imigrantes europeus, até o forte engajamento junto ao operariado no século XX, a Igreja no ABC construiu uma trajetória marcada pela preocupação com as necessidades concretas do

povo de Deus. Destacaram-se, nesse percurso, o protagonismo das CEBs, a opção preferencial pelos pobres e a busca por uma pastoral orgânica e participativa. Contudo, a rápida transformação do perfil socioeconômico e cultural da região revelou limites dessas respostas pastorais, sobretudo quando estruturas pensadas para um contexto rural ou industrial não conseguiram acompanhar a nova dinâmica da cidade contemporânea.

Ainda no primeiro capítulo, a leitura dos dados socioeconômicos e demográficos reforçou este diagnóstico. O ABC apresenta elevados indicadores de desenvolvimento em áreas como educação e renda média, mas convive com bolsões persistentes de pobreza, informalidade, violência, fragilidade na saúde pública e condições precárias de moradia. O crescimento da população idosa, diminuição da natalidade, o aumento dos índices de suicídio, a desigualdade de acesso a equipamentos públicos e a intensificação da verticalização urbana são sinais claros de uma sociedade marcada pelo isolamento, pela fragmentação dos vínculos e pela vulnerabilidade emocional. Do ponto de vista religioso, constatou-se uma significativa diminuição do número de católicos, o aumento da pluralidade religiosa e o crescimento da indiferença e do fenômeno dos cristãos sem vínculo comunitário, os cristãos *desigrejados*, o que desafia diretamente os modelos tradicionais de pertença e prática religiosa.

À continuação, o segundo capítulo, em que se aplicou a etapa do *judgar*, a partir da reflexão teológica, iluminada pelos documentos do Concílio Vaticano II, do CELAM, da CNBB e do magistério recente, permitiu interpretar essa realidade urbana como expressão de uma verdadeira mudança de época. A pluralidade cultural e religiosa, típica dos grandes centros urbanos, não pode ser vista como ameaça, mas como um campo fértil de diálogo, onde a igreja pode anunciar o evangelho de modo criativo e inculturado. Contudo, semear este campo exige da Igreja o abandono de esquemas pastorais rígidos e anacrônicos, a superação de modelos pastorais homogêneos ou incongruentes com a realidade e a disposição para uma escuta atenta das múltiplas linguagens, símbolos e experiências presentes na cidade.

Nesta etapa do *judgar* tornou-se evidente que parte das dificuldades enfrentadas pela evangelização no ABC decorre do descompasso entre estruturas eclesiais ainda fortemente marcadas por paradigmas rurais e a complexidade do mundo urbano contemporâneo: paróquias extensas ou muito

próximas; ações pastorais centralizadas no sacerdote; atendimento paroquial excessivamente burocratizado; movimentos e pastorais focadas na manutenção do culto sem características missionárias. Todas estas características da igreja local não conseguem responder às exigências de uma sociedade marcada pela mobilidade, pelo ritmo acelerado da vida, pela fragmentação dos territórios e pela fragilização dos laços comunitários. Esse modelo ineficaz contribui para o anonimato dos fiéis, dificulta a criação de vínculos e favorece uma vivência religiosa consumista, ocasional e desvinculada de um compromisso comunitário e missionário.

Além disso, a análise evidenciou que a sociedade urbana contemporânea é profundamente marcada pelo isolamento e pela indiferença. Embora hiperconectados tecnologicamente, os indivíduos experimentam solidão, insegurança e falta de sentido. A religião, nesse contexto, tende a ser relativizada ou reduzida a uma espiritualidade intimista, frequentemente mediada pelas redes sociais e desvinculada da vida comunitária. Este cenário interpela a Igreja a recuperar seu caráter essencialmente comunitário, testemunhando, por meio de pequenas comunidades conectadas dentro do território paroquial, que a fé cristã é encontro, pertença e comunhão.

Dando continuidade ao método escolhido para esta monografia, no terceiro capítulo, no momento do *agir*, foram apresentadas propostas pastorais que buscam responder de maneira mais eficaz aos desafios do ambiente urbano. A centralidade das pequenas comunidades — compreendidas como comunidades de comunidades segundo o DAp e o Doc. 100 da CNBB — revelou-se uma estratégia fundamental para superar o drama do anonimato dos fiéis, favorecer vínculos fraternos e permitir uma evangelização mais personalizada e próxima da vida cotidiana das pessoas. A setorização paroquial, o protagonismo do laicato e a flexibilidade no uso de espaços são ações concretas para fazer com que a Igreja esteja presente onde as pessoas vivem, trabalham e se relacionam.

Ademais, a transformação das estruturas eclesiais em uma Igreja em saída mostrou-se indispensável. Inspirada pelo DAp e pela EG, essa perspectiva exige uma conversão pastoral profunda, que vá além de apenas algumas ações dispersas ou ocasionais e alcance a mentalidade, as prioridades e os métodos da ação evangelizadora. Ser uma Igreja em saída no ABC implica ir ao encontro dos afastados, estar presente nas periferias geográficas e existenciais, adaptar-

se aos horários da população, atualizar a linguagem e as práticas pastorais, e colocar o acolhimento, a escuta e a misericórdia no centro da vida eclesial. As experiências da Diocese de Santo André como o Sínodo Diocesano, o Vicariato para a Caridade Social, a Pastoral da Escuta e os conselhos missionários, demonstram que essa conversão é possível quando se opta por uma igreja sinodal, que se preocupa com a realidade local, que busca levar o evangelho a todos os que habitam ou passam pelos territórios paroquiais.

Por fim, o *agir* deve ter como meta a evangelização a partir da realidade urbana, que exige uma postura permanente de discernimento, diálogo e inculturação. Evangelizar a cidade não significa impor modelos prontos, mas reconhecer as sementes do Verbo presentes na cultura urbana, discernir seus valores e contravalores e anunciar o Reino de Deus com linguagem acessível, testemunho coerente e compromisso com a dignidade humana. A sinodalidade mostrou-se o método mais adequado para essa tarefa, pois permite à Igreja escutar o povo de Deus, compartilhar a responsabilidade missionária e construir respostas pastorais contextualizadas, evitando tanto o clericalismo quanto ações pastorais divergentes.

Conclui-se, portanto, que a evangelização no ABC Paulista, marcado por contrastes sociais, pluralidade religiosa e dinâmica urbana complexa, só poderá ser fecunda se a Igreja assumir, com coragem e humildade, uma profunda renovação de suas estruturas e de sua *práxis* pastoral. A conversão pastoral trata-se de deixar para trás a segurança de modelos ultrapassados e de assumir uma eclesiologia em saída, missionária e sinodal, capaz de transformar paróquias em redes de pequenas comunidades vivas, acolhedoras e comprometidas com o anúncio do Evangelho. Nesse caminho, cada fiel deixa de ser um anônimo nas multidões e passa a ser reconhecido como irmão, discípulo missionário, participante ativo de uma Igreja que ama a cidade, caminha com seu povo e testemunha, no coração da vida urbana, que o Reino de Deus já está entre nós.

Anexo - tabelas socioeconômicas do ABC

	SA	SBC	SCS	DDM	MA	RP	RGS
População em 2022	748.919	810.729	165.655	393.237	418.261	115.559	44.170
População estimada em 2025	782.048	841.154	172.693	403.579	429.014	118.954	45.324
Masculino	355.196	385.349	75.671	187.627	201.348	55.739	21.561
Feminino	393.723	425.380	89.984	205.610	216.913	59.820	22.609
Densidade demográfica (habitantes/km ²)	4.260,50	1.979,65	10.805,23	12.795,69	6.753,01	1.167,59	1.215,43
Idade média	38 anos	37 anos	42 anos	35 anos	35 anos	38 anos	34 anos
População de 0 a 14 anos	121.049	139.090	25.339	71.637	77.649	19.637	8.764
% da população	15,7	16,5	15,3	17,3	17,8	16,3	18,9
População de 60 anos ou mais	143.807	139.158	40.227	54.810	60.299	21.162	6.124
% da população	17,7	16,5	22,3	13,0	13,4	16,9	12,6
Domicílios residenciais	179.035	195.824	27.788	116.246	133.090	39.555	15.597
Domicílios em condomínios horizontais (casas em vilas ou condomínios)	2.275	4.423	885	704	438	614	8
Domicílios em condomínios verticais (apartamentos em edifícios)	97.373	97.471	32.578	27.137	18.562	976	98
Cortiços	1.668	2.884	742	686	207	264	35

	SA	SBC	SCS	DDM	MA	RP	RGS
Salário médio mensal (R\$)	3946,8	5313	4705,8	4554	4250,4	3946,8	3491,4
Trabalhadores formais	268.088	340.523	117.033	104.269	86.834	27.795	4.129
% da população	35,00	42,00	70,60	26,50	20,00	24,00	9,30
PIB per capita (R\$)	45.062,56	68.571,36	95.640,71	43.031,91	43.128,78	31.068,87	18.472,33
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	0,815	0,805	0,862	0,757	0,766	0,784	0,749
% da escolarização entre 6 e 14 anos	98,25	98,25	98,51	98,71	98,91	98,66	99,03
Mortalidade infantil (por 1000 nascimentos)	8,4	8,7	4,46	12,53	13,4	6,71	8,6
Leitos para internação públicos	491	244	158	447	161	38	0
Leitos para internação privados	1.328	1317	238	115	173	118	0
Total de leitos no município	1.819	1561	396	562	344	156	0
Leitos/100.000 habitantes	233	186	230	139	80	132	0
% de Domicílios com saneamento	96,45	93,50	99,95	98,77	92,90	88,06	81,74
% do Território urbanizado	40,06	20,54	100	78,60	68,66	24,86	14,71
População em áreas de risco	96.062	127.648	0	19.949	36.478	s/ dados	8.111
% da população	12,28	15,17	0	4,94	8,50	s/ dados	17,89

	SA	SBC	SCS	DDM	MA	RP	RGS
Furtos	9302	7389	2035	3.394	3219	562	203
Roubos	6045	4265	529	2.635	1806	233	29
Furtos de veículos	5551	3472	335	1.463	2250	265	41
% Católica Apostólica Romana	51,19	51,16	57,02	48,89	45,84	48,37	45,20
% Evangélicas	26,18	26,19	18,65	29,05	33,47	29,67	34
% Espírita	3,89	3,66	6,39	1,69	1,58	2,23	0,93
% Umbanda e Candomblé	1,91	1,80	2,37	1,85	1,12	1,60	1,71
% Tradições indígenas	0,01	0,02	0,01	0,03	0,01	0	0
% Outras religiões	6,19	6,04	6,14	6,51	7,01	7,09	6,92
% Sem religião	10,23	10,95	9,22	11,84	10,85	10,91	11,09
% Não sabe/ não declarou	0,39	0,17	0,21	0,13	0,11	0,12	0,14

Referências

ABRAMS, Charles; BLUMENFELD, Hans; BOSE, Nirmal Kumar; DAVIS, Kingsley (org.). **Cidades: a urbanização da humanidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.(Vários autores).

AFONSO, Vinicius Ferreira; CARVALHO, Irmã Wilma (org.) SILVA, Marcos Vinicius Wanderlei (org.); SOBRINO, Felipe Cosme Damião; TORRES, William Mariotto. **Diocese de Santo André: história de acolhida e missão**. Santo André, mitra diocesana de Santo André, 2023. (Vários autores).

ALAS, Paulo. **O fenômeno dos super condomínios: verticalização na metrópole paulistana no início do século XXI**. Tese de Mestrado FAU/USP, São Paulo, 2013.

ALBUQUERQUE, Francisco das Chagas de; Godoy, Manoel José de. **A pastoral numa Igreja em saída**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

ALMEIDA NETO, Jerônimo; GASPAROTTO, Wenderson. **A economia solidária do Grande ABC**. Santo André, Coopacesso, 2023.

ANANIAS, Débora N.; BELTRAME, Daniel; Machado, Thiago. **Crise, desindustrialização e implicações regionais: uma análise sobre a região do ABS-SP**. In XVII Congresso Internacional FOMERCO, Fórum Universitário Mercosul, 2019, Foz do Iguaçu.

AQUINO JUNIOR, Francisco; BRUSTOLIN, FRAGA GOMES, Tiago (Org.); SÁ SANTOS, Jânison de (Org.). **Pastoral urbana: desafios e perspectivas**. Brasília, DF, CNBB, 2024. (Vários autores).

BILHALVA, Alexandre Oliveira. **Os desigrejados**. Estudos sobre o fenômeno da desinstitucionalização contemporânea nas igrejas evangélicas. 2020. Dissertação de Mestrado em Teologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BRUSTOLIN, Leomar Antônio; FONTANA, Leandro Luís Bedin. **Cultura urbana: porta para o evangelho, a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades**. São Paulo: Paulus, 2018.

CARMO, Solange Maria do; CUNHA, Carlos Alberto Motta. **Pastoral urbana: práticas e desafios**. São Paulo: Paulus, 2024.

CELAM. **Documentos do CELAM**, Rio – Medellín – Puebla – Santo Domingo. São Paulo, Paulus, 2004.

CELAM. **Documento de Aparecida**. São Paulo, Paulinas, 2008.

CERIS; FERNANDES, Sílvia Regina Alves; Souza, Luiz Alberto Gómez. **Desafios do catolicismo na cidade**: pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Paulos, 2002.

CIPOLLINI, Dom Pedro Carlos. **Cidade transfigurada**: o futuro passa pela solidariedade. Campinas: Editora Átomo, 2000.

CIPOLLINI, Dom Pedro Carlos. **Decreto de convocação do Sínodo Diocesano**. Santo André, 13 de novembro de 2016.

CIPOLLINI, Dom Pedro Carlos. **Carta Pastoral**. Diocese de Santo André, Santo André, 2025.

COMBLIN, José. **Teologia da cidade**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação pastoral no brasil 1979/1982**. Brasília: Edições Paulinas, 1978. (Documento 15).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Solo urbano e ação pastoral**. Brasília: Edições Paulinas, 1982. (Documento 23).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora no brasil 1995/1998**. Brasília: Edições Paulinas, 1995. (Documento 54).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora no brasil 2003/2006**. Brasília: Paulinas, 2003. (Documento 71).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora no brasil 2008/2010**. Brasília: Paulinas, 2008. (Documento 87).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunidade de comunidades**: uma nova paróquia, a conversão pastoral da paróquia. Brasília: Paulinas, 2014. (Documento 100).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora no brasil 2015/2019**. Brasília: Paulinas, 2015. (Documento 102).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade**: sal da Terra e luz do mundo. Brasília: edições CNBB, 2016. (Documento 105).

DEBIASI, Miguel. **Reinvenção da Igreja no mundo urbano**: as contribuições de José Comblin para um outro sistema paroquial na cidade. São Paulo: Paulus, 2023.

- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **Plano de pastoral**. Santo André, 1979.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **2º Plano de pastoral**. Santo André, 1984.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **3º Plano de pastoral**. Santo André, 1989.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **Plano diocesano de evangelização: Rumo ao novo milênio**. Santo André, 1999.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **5º Plano de pastoral**. Santo André, 2007.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **6º Plano de pastoral**. Santo André, 2010.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **7º Plano de pastoral**. Santo André, 2013.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **8º Plano de pastoral**. Santo André, 2018.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **Constituição sinodal**. Santo André, 2018.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **Subsídio formativo: dimensão da acolhida e missão**. Santo André, 2023.
- DIOCESE DE SANTO ANDRÉ. **9º Plano de pastoral**. Santo André, 2025.
- FROTA NETO, Antônio. **Urbanização no Brasil** (e alguns dos seus limites). Brasília, Senado Federal, 1978.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Mudança na Idade Média da Mulher**, in Paineis população, março de 2025. Acesso em 27 de Março de 2025. <https://populacao.seade.gov.br/integra/?analise=mudancas-na-idade-media-da-mulher>
- MARGUTI, Barbara Oliveira. **Conjuntos habitacionais, estrutura socioespacial e acesso à cidade no município de Santo André**. Tese de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Vanessa de. **Novo bispo assume diocese andreense**. Diário do Grande ABC, Santo André, 27/07/2015. V.58, N.16223, Pag. Setecidades, 3.
- SAMPAIO, Leonel de. **Tendências recentes da espacialização das indústrias e serviços em São Paulo e no ABC paulista**. Revista Economía, sociedad y territorio, vol.15 no.48 Toluca maio, 2015
- SANTO ANDRÉ (São Paulo). Prefeitura Municipal. **Histórico de Santo André**. Disponível em: <<https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia-de-santo-andre/>>. Acesso em: 28 de setembro de 2025.
- SANTOS, Wanderley dos. **Antecedentes Históricos do ABC Paulista: 1550-1892**. São Bernardo do Campo: SECE, 1992.

SANTOS, Álvaro. R. dos. **A grande barreira da Serra do Mar**: da Trilha dos Tupiniquins à Rodovia dos Imigrantes. São Paulo: O Nome da Rosa, 2004.

SEBRAE. **Observatório Setorial Territorial**. In:

<https://observatorio.sebrae.com.br> acesso em outubro de 2025.

SISTACH, Cardeal Lluís Martínez. **A pastoral das grandes cidades**: atas do I congresso internacional. Brasília: Edições CNBB, 2016.

SOBRINHO, Felipe Cosme Damião. **Entre fé e liberdade**: catolicismo, operariado e ditadura no ABC Paulista (1964-1985). Tese de Mestrado. PUCSP, São Paulo, 2015 em <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/18370>

SOBRINHO, Felipe Cosme Damião. **O Bispo e a ditadura**: Dom Jorge Marcos, bispo de Santo André. In. Revista cordis. São Paulo, vol. 1, nº 28, 2023.

SOUZA, Ney de. **Dom Jorge Marcos** e a ação social no ABC paulista. In. Revista Parallelus, UNICAP, Recife, vol. 9, jan/abr nº 20, 2018. Acesso em 10.25247/parallelus.2018.v9n20.p143-162.

TORRES, William Mariotto. **Décio Pereira**: um dom do diálogo do Concílio Vaticano II. In: site da diocese de Santo André, 2015. Acesso em 28 de setembro de 2025.'